

**Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Antropologia
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**

**Os Guarani e as políticas fundiárias do Estado Brasileiro - Dinâmica social e
reconfiguração territorial em Santa Catarina**

Maria Janete Albuquerque de Carvalho

**Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Antropologia Social da Universidade de
Brasília**

Orientadora:

Professora Doutora Antonádia Borges

Brasília 2008

RESUMO:

A partir da experiência no trabalho como antropóloga da Fundação Nacional do Índio - FUNAI junto aos Guarani de Santa Catarina, esta dissertação apresenta três casos de adaptação social e política dos Guarani frente às ações do Estado Brasileiro em relação à questão fundiária. Todo o diálogo com os teóricos da antropologia perpassa à experiência como uma agente interventora do Estado Brasileiro na atuação em grupos de trabalho para identificação de terras indígenas, quanto na execução de programas de compensação por grandes empreendimentos. A partir da imposição dessas ações, os Guarani vêm adaptando-se às pressões territoriais, dinamizando sua concepção de mundo e das condições necessárias para a superação da condição humana que lhes é tão peculiar. Baseado em suas histórias e suas narrativas, tentamos entender toda a dinâmica territorial, social e política numa relação diplomática com o Estado Brasileiro.

Palavras Chaves: Políticas Indigenistas, Guarani, Territorialidade

ABSTRACT: From the experience in working as anthropologist of the National Indian Foundation - FUNAI with the Guarani of Santa Catarina, this dissertation presents three cases of adaptation of the Guarani social and political front to the actions of the Brazilian state in relation to the land issue. Any dialogue with the theory of anthropology contains the experience as an agent of the State in action in working groups for identification of indigenous lands, as in the implementation of programmes of compensation for large enterprises. From the imposition of such actions, the Guarani are adapting to the territorial pressures, boosting its conception of world and the conditions necessary to overcome the human condition which is so peculiar. Based on their histories and their narratives, we try to understand the dynamic territorial, social policy and a diplomatic relationship with the Brazilian state.

KEY WORDS: Indigenist Policy, Guarani, Territoriality

ÍNDICE

Agradecimentos	05
Siglas Utilizadas	07
Apresentação	09
Introdução	11
Parte 01 - Contextualização	19
O Estado e os Povos Indígenas	20
“Gente Verdadeira” - Os Guarani	29
“Juruá Rape” - O caminho dos brancos	38
Parte 02- Histórias Guarani	46
Terra Indígena Morro Alto	48
Terra Indígena Morro dos Cavalos	63
Reserva Indígena Cachoeira dos Inácios	74
Considerações Finais	86
1 - Revisitando a Dissertação	86
2 - “Reparo Histórico”	88
3 - Xee Ayvu opa (a fala está acabando)	92
Bibliografia	94
Bibliografia Consultada	94
Relatórios Consultados	97
Legislação Consultada	97
Referências Bibliográficas	98

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 01 - Mapa Etnográfico Curt Nimuendaju	31
Figura 02 - Rotas de Dispersão Guarani	34
Figura 03 - Levantamento das Aldeias em Santa Catarina - CTI	37
Figura 04 - Localização das três áreas	44
Figura 05 - Caminhos de Benito	51
Figura 06 - Localização da TI Morro Alto	61
Figura 07 - Mapa de delimitação da TI Morro Alto	62
Figura 08 - Mapa de Delimitação da TI Morro dos Cavalos	73
Figura 09 - Localização da TI Morro dos Cavalos e RI Cachoeira dos Inácios	82
Figura 10 - Mapa de delimitação da Reserva Indígena Cachoeira dos Inácios	83

ÍNDICE DE FOTOS

Foto 01 - Reunião GT Identificação - TI Morro Alto	59
Foto 02 - Cacique da TI Morro Alto durante identificação	59
Foto 03 - Reunião GT Identificação - TI Morro Alto	60
Foto 04 - Reunião de definição de Limites - TI Morro Alto	60
Foto 05 - Reunião apresentação do GT - PACIG - TI Morro dos Cavalos	72
Foto 06 - Reunião de apresentação do GT - PACIG - TI Morro dos Cavalos	72
Foto 07 - Reunião de apresentação do GT - PACIG - RI Cachoeira dos Inácios	81
Foto 08 - Reunião de apresentação do GT - PACIG - RI Cachoeira dos Inácios	81

AGRADECIMENTOS

O trabalho em se pensar, escrever e discutir uma dissertação não é de longe, um trabalho individual ou solitário. É preciso o reconhecimento e agradecimento àqueles que permitiram minha jornada durante dois anos no Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da UnB.

Agradeço à Rosa e Adriana pela disposição e carinho na resolução de problemas e pronto-atendimento para dúvidas e questões administrativas.

Aos professores do DAN por terem contribuído com minha formação desde a graduação, influenciando diretamente no resultado deste trabalho;

Agradeço especialmente à minha orientadora, Antonádia Borges, por ter aceitado o desafio, suas leituras críticas, sua disposição em fazer com que eu “re-aprendesse” a escrever, por ter passado confiança e tranquilidade de modo com que eu pudesse finalizar esta dissertação sem grandes surtos, contribuindo para que a Antropologia não fosse mais tão temida;

Agradeço também à minhas amigas: Soledade e Elena, que mesmo distante nesta fase final do mestrado compartilharam comigo ao longo dos dois anos risadas e discussões sobre vida e antropologia.

Agradeço aos colegas e amigos da FUNAI: Ivan, Graziela, Aloísio, Julia, Andrei, Rodrigo, Danielle, Maíza, Valéria, Renata e Giovanna que desde o início acreditaram, incentivaram, motivaram e até fizeram parte do trabalho: seja como entrevistados, seja com o trabalho “braçal”. Agradeço também aos colegas recentes: Marcela, Aluísio, Marcelo, Barnes, Enzo, Jaime e Iara. Além de tudo pude contar com a compreensão de todos para que nem meu trabalho na FUNAI nem meus estudos fossem prejudicados;

Aos servidores da FUNAI que trabalham tanto no Programa de Apoio às Comunidades Indígenas Guarani e sem os quais não poderia ter feito o trabalho: Witt, Cezar, José João, Maria Helena, Sergio de Campos Glênio e Ferrareze.

Agradeço a FUNAI como um todo, mas especialmente à Diretoria de Assuntos Fundiários e à Coordenação Geral de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente. Um lugar tão ambíguo e tão “orgânico” me deu a oportunidade de conhecer e trabalhar com povos indígenas, com políticas públicas e de poder refletir sobre o trabalho realizado - reconhecendo sua importância e sendo foco de frustração constante;

Aos Guarani em especial. São sete anos aprendendo, conhecendo, intervindo e respeitando. Suas lições de vida, suas buscas por felicidade, suas histórias, sua humildade e sua luta foram determinantes para o trabalho apresentado e para minha formação como antropóloga.

À minha família, tanto àquela que me foi dada quanto àquela que pude escolher. Agradeço por ter o privilégio de ter ao meu lado pessoas tão inteligentes e queridas. Ao meu irmão Porfírio e à Simone, por terem me dado tanta força e]“reinvenção”. Ao meus irmãos Maria e Jonas, por estarem juntos e sempre apoiando quando necessário.

À minha mãe qualquer agradecimento seria pouco. Mas sempre necessário: agradeço por ser um exemplo de pessoa, seu amor incondicional e sua disposição de sempre estar pronta para nos salvar, inclusive de nós mesmos. Sua humildade, sua fé e sua alegria por cada conquista são inspiradores.

Agradeço ao meu pai. É meu herói. Inspirou-me a querer fazer antropologia e a trabalhar com povos indígenas. Sua história de vida é uma inspiração e tê-lo perto me faz uma privilegiada de ouvir suas histórias e tentar compreendê-lo. Seus comentários e ensinamentos também me guiam na vida profissional, assim como sua força de vontade.

Agradeço também a todos os amigos e familiares que mesmo sem citar fazem parte de quem sou e com certeza contribuíram para que o trabalho fosse realizado.

SIGLAS UTILIZADAS

FUNAI	Fundação Nacional do Índio
DAF	Diretoria de Assuntos Fundiários
CGID	Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - FUNAI (antigo DEID)
DEID	Departamento de Identificação e Delimitação - FUNAI
CGPIMA	Coordenação Geral de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente - FUNAI (antigo DEPIMA)
DEPIMA	Departamento de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente - FUNAI
AER	Administração Executiva Regional
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
GT	Grupo Técnico
TI	Terra Indígena
RI	Reserva Indígena
PACIG	Programa de Apoio às Comunidades Indígenas Guarani
TIRRS	Terra Indígena Raposa Serra do Sol
ABA	Associação Brasileira de Antropologia
UNI	União das Nações Indígenas

COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas Brasileira
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
EIA/RIMA	Estudos de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto ao Meio Ambiente
PBA	Plano Básico Ambiental
CTI	Centro de Trabalho Indigenista
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
MU/UFSC	Museu Universitário / Universidade Federal de Santa Catarina
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FATMA	Fundação do Meio Ambiente
UNB	Universidade de Brasília
DNER	Departamento Nacional de Estradas e Rodagem
DNIT	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte

APRESENTAÇÃO

A pesquisa de campo que serviu de base para a análise desta dissertação tem como principal característica sua “conciliação” com os trabalhos de campo necessários à execução dos trabalhos pela Fundação Nacional do Índio - Funai. Os dados utilizados foram compartilhados entre a pesquisa e reflexão acadêmica e a intervenção estatal desta pesquisadora no papel de servidora pública federal.

Os dados primários para a pesquisa foram obtidos a partir de maio de 2003 até início de 2008 e são caracterizados pelas reuniões e depoimentos dados para os trabalhos de identificação de delimitação das terras indígenas no litoral norte de Santa Catarina e da execução dos subprogramas do Programa de Apoio às comunidades indígenas Guarani – PACIG, no litoral sul de Santa Catarina. As fotos e mapas presentes apresentadas na dissertação também são produto direto dos trabalhos oficiais, não havendo produção de dados específica para a pesquisa. O trabalho de campo foi composto por diversas incursões na região:

- 2003 – maio a julho- Entrevistas realizadas com as lideranças durante o trabalho como Coordenadora do Grupo Técnico para identificação e delimitação das terras indígenas Pirai, Tarumã, Morro Alto e Pindoty, nos municípios de Araquari e Balneário Barra do Sul (litoral norte de Santa Catarina);
- 2005 – 2008 – Reuniões de consolidação e entrega dos relatórios de identificação e delimitação;
- Novembro de 2004 a março de 2006 – Reuniões de preparação para a execução do PACIG nas Terras Indígenas Cambirela, Massiambu, Morro dos Cavalos, Cachoeira dos Inácios, Praia de Fora (Litoral sul de Santa Catarina) e Campo Bonito, Barra do Ouro, Varzinha e Riozinho (no estado do Rio Grande do Sul).

- 2007 a 2008 – Execução e reuniões de avaliação das atividades do PACIG:
 - Entrevistas;
 - Documentos das comunidades e das associações;
 - Relatórios de eleição das áreas.

Esta “conciliação” dos trabalhos oficiais com a pesquisa acadêmica teve como resultado, além da pesquisa ora apresentada, uma reflexão sobre a metodologia e entendimento da execução das políticas públicas. A partir do entendimento crítico da dinâmica social dos Guarani, espera-se que a ação do Estado brasileiro seja melhorada, adaptada e moldada às particularidades deste povo.

Assim como todos os trabalhos de campo, foi necessário um recorte temporal para a análise. Os processos e suas consequências tiveram continuidade, inclusive durante a elaboração da dissertação. As terras do litoral norte tiveram seu resumo publicado em abril de 2008, passando pela primeira etapa do processo de reconhecimento das terras indígenas. A Terra Indígena Morro dos Cavalos está com seu processo de compra de área em estágio avançado, necessitando apenas a confirmação dos limites e da aprovação do relatório pelas instâncias da Funai.

A territorialidade Guarani é um desafio à políticas públicas –em geral impostas e generalizantes – mas sua dinâmica se apropria e adapta as ações estatais de modo a reforçar e reproduzir seus padrões de incorporação de territórios. Embora o território Guarani seja fluido e amplo, a definição fundiária tem servido para que sua mobilidade seja reforçada e protegida. As ações no estado de Santa Catarina garantem áreas de usufruto exclusivo e portanto protegidas do avanço dos juruá- reforçando e valorizando sua mobilidade e seu uso de seu território por todo o “corredor Mbyá”.

Introdução

Esta dissertação tem como objetivo analisar as *representações* dos Guarani Mbyá a respeito das políticas públicas apresentadas pelo Estado Brasileiro. Nosso foco são as ações de reconhecimento de território no Estado de Santa Catarina, as quais, embora sejam reivindicações antigas, alcançaram visibilidade a partir das obras de duplicação da BR 101 - no trecho que vai do município de Garuva, em Santa Catarina, até o município de Osório, no Rio Grande do Sul. Além dos embates entre o povo indígena e o Estado na construção de um novo território, ainda é alvo dessa dissertação a própria atuação da antropóloga como agente do governo, ou seja, pretendemos fazer uma reflexão sobre um papel condensado de pesquisa e intervenção pública.

Os Guarani têm lidado e se adaptado às novas realidades impostas a partir de *grandes projetos de desenvolvimento*. As obras de duplicação contribuíram à organização dos Guarani em associações. Essas associações, outrora inexistentes e mesmo indesejáveis, se tornaram necessárias para que eles entrassem em negociação com órgãos públicos, especialmente a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Essa articulação e mediação de valores, realizadas pelas novas lideranças Guarani, não se restringem à FUNAI ou à FUNASA (Fundação Nacional de Saúde) - órgãos governamentais com ações específicas voltadas para os povos indígenas. Outra faceta dessa formação de associações diz respeito às ligações estabelecidas com Organizações Não-Governamentais, Instituições de Ensino e a uma categoria que podemos chamar de “*amigos dos índios*”.

Com essa análise é possível identificar, portanto, as relações de contato desencadeadas a partir do processo de construção da rodovia. Entretanto, essas relações não se restringem às interações sociais entendidas como concretas ou físicas. Os Guarani são um povo que se notabiliza por um universo social denso, no qual elementos que poderiam ser nomeados como “invisíveis” têm uma fundamental agência em seus modos de organização no mundo. Essa forma de se relacionar com o mundo pode ser definida como se tratando de uma ética própria. Por essa razão, doravante, passaremos a tratar essa perspectiva que considera formas e agentes visíveis e invisíveis como fundante de um *ethos*¹ Guarani. Pensando à maneira Guarani é possível, portanto afirmar

¹ O conceito de *ethos* foi introduzido na antropologia por Benedict (1934), mas comumente utilizado por Bateson (1938) e Geertz (1957). *Ethos* apreende a captura a comunalidade emocional ou “ambiente” compartilhada por um grupo, em oposição à comunalidade cognitiva, que Bateson chama

que a BR 101 é tanto ator como cenário para esse novo indigenismo. Um indigenismo que, sem risco, podemos afirmar como sendo indígena.

A duplicação da BR 101 lançou as bases de discussão e disputa para um debate sobre a necessidade de se identificar e demarcar terras para outros membros do povo Guarani, na extensão de toda a região circunvizinha. O processo de identificação e delimitação, constituído de ritos longos e angustiantes, tornou-se parte viva dos discursos e da prática cotidiana dos próprios Guarani.

O reconhecimento do território ainda está em curso. A BR 101 permitiu dois tipos diferentes de reconhecimento territorial aos Guarani. Ambas são ações de “compensação” aos povos indígenas pela duplicação da BR 101. De um lado ensejou o reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas (Artigo 231/CF/88), como foi o caso do litoral norte de Santa Catarina. De outro, permitiu a compra de terras (Lei 6.001/73) no litoral sul.

Apesar das diferentes concepções em jogo, a execução dessas ações permitiu verificar como essas políticas públicas foram apropriadas, transformadas e refletidas no discurso dos Guarani. Ao compreender esse processo, passamos a entender como se dá a territorialidade Guarani, a partir de seu modo de se adaptar e concomitantemente se opor ao discurso e a prática dos modelos apresentados. Nosso objetivo, portanto é contribuir para o entendimento dessa apropriação das políticas públicas pelos Guarani e dos seus reflexos na política indigenista e indígena.

#

O texto da presente dissertação está dividido em duas partes. Na primeira, trataremos de construir um diálogo com a literatura. Para tal, nos focaremos na produção teórica que trata das relações entre o Estado e povos indígenas. Na análise das principais questões da política indigenista destaca-se a produção teórica do grupo de Antônio Carlos de Souza Lima e João Pacheco de Oliveira. Os seus trabalhos trazem para a discussão a relação específica, mediada pelo Estado Brasileiro, que existe entre

de “eidos”. Um conceito (*ethos*) que deve muito ao de “configuração” e de “modelo cultural” [*pattern*] elaborados por Ruth Benedict: *Patterns of Culture* (1934) e que Bateson já definirá e explorará na sua primeira monografia antropológica: *Naven. A Survey of the Problems suggested by a Composite Picture of the Culture of a New Guinea Tribe drawn from Three Points of View* (1936).

grupos indígenas e suas políticas específicas.. Os dois antropólogos fundaram, com outros etnólogos, um grupo atualmente localizado no Museu Nacional, o LACED.

Outro eixo de discussão será estabelecido com os trabalhos desenvolvidos por Roberto Cardoso de Oliveira e Alcida Rita Ramos. Esses dois autores, por diferentes caminhos, discutiram os temas do indigenismo público e indígena. Cardoso de Oliveira (1972) apresenta um amplo painel dos povos indígenas. Além disso, são apresentados e elaborados conceitos que constituíram um novo campo para as análises teóricas. Estavam incluídas as temáticas das frentes de expansão da sociedade nacional e da fricção interétnica. Ramos (1998) caracteriza a política indigenista e a questão indígena no Brasil como sendo ambígua e explora essa ambiguidade através da (des)construção dos conceitos em torno da questão indígena.

A etnografia, nos casos ora apresentados, tende a ser interpretada como um documento aberto e dinâmico, onde situações de mudanças bruscas e rápidas podem ser registradas, servindo de instrumento de reflexão. O trabalho do etnógrafo pode, nesses casos, ser comparado aos serviços de “tradutor”. Os antropólogos chamados “da ação”, que desenvolviam trabalhos e projetos junto aos povos indígenas e especialmente no Brasil, tiveram como preocupação a conciliação dos direitos indígenas com os projetos colonizadores do Estado Brasileiro. Traduziriam, portanto, um idioma ao outro.

Atualmente podemos destacar uma alteração neste papel de mera tradução. As análises etnográficas tendem a refletir sobre a ação do Estado junto aos povos indígenas, atentando às relações entre os embates políticos no cotidiano e rotina dos dois grupos. Ou seja, observa-se as dinâmicas locais, tanto no interior dos grupos representantes do Estado Brasileiro, quanto nos grupos indígenas.

Santilli (2001), em seu trabalho sobre a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, inicia da ação governamental para então fazer uma análise crítica com fundamentos empíricos acerca da construção de territórios. É a partir da morosidade e dos transtornos conseqüentes do processo de demarcação territorial no estado de Roraima que Santilli buscou mostrar como foi construída uma concepção de território para os Macuxi. Ao mesmo tempo, buscou demonstrar o papel do surgimento das organizações indígenas nesse processo de territorialização imposto pelo Estado Brasileiro.

Outro caso relacionado a esse tema é a luta dos Caxixó, em Minas Gerais, pelo seu reconhecimento étnico enquanto grupo indígena (Oliveira & Santos, 2003). Pressionados pela ocupação de suas áreas, os Caxixó, desde o fim da década de 80,

buscam a proteção e o acesso às políticas públicas específicas aos povos indígenas. Foram realizados dois laudos antropológicos sobre sua “indianidade” - cujos resultados foram antagônicos - e um parecer, para sanar a dúvida governamental (portanto burocrática) sobre o “que” eram os Caxixó.

Oliveira (2003), indicado pela ABA para ser o parecerista neste caso, relata que a definição restritiva e circular sobre o que seriam os povos indígenas para o Estado Brasileiro torna a ação indigenista “prisoneira de si mesma”. A definição de indígena utilizada para a execução das políticas para os povos indígenas é limitada, e parte de pré concepções de uma indianidade genérica. Para ser índio devem-se possuir elementos tangíveis ao Estado, desde aspectos de liderança, como de apropriação e uso do território. Nessa concepção, povos sem contato não seriam indígenas “ainda”, só o sendo após sua pacificação e territorialização (Oliveira, 2003:176).

#

Os estudos etnográficos sobre os Guarani são fontes importantes para uma perspectiva atenta à importância da construção do território que apresento na dissertação. Alguns trabalhos sugerem que a mobilidade dos Guarani e o tipo de classificação que fazem da terra os caracteriza como dotados de uma territorialidade fluida, que incorpora áreas. Esse diálogo permite-nos fazer um contraponto em relação a outros estudos sobre a territorialidade (Nimuendaju, 1987, Ladeira, 2001, Santilli, 2001, dentre outros).

A concepção Guarani entra em colisão com as idéias sobre território determinadas pelas políticas públicas, nas quais as terras indígenas aparecem como circunscritas a um espaço físico limitado. Na sócia-cosmologia Guarani, por essa mesma razão, ou seja, por desvincularem o ser Guarani como ligado a um território, os argumentos dos Guarani apresentam-se essencialmente como contraditórios para o Estado.

A terra para os Guarani é mais do que ter um local para morar. Para eles, a terra é a própria vida, a garantia de que viverão nos moldes de seus valores tradicionais, como a utilização da língua e a vivência da religião. Socializar as crianças dentro desses padrões implica, para os Guarani, vivenciar seu território.

Atualmente os Guarani são divididos em pelo menos três subgrupos: os Kaiová, os Nhandeva e os Mbyá. Essa classificação, segundo Bartolomé (1991), está

relacionada às estratégias utilizadas por cada grupo frente à colonização pelos Jesuítas e por Portugal e Espanha. Ladeira (2001) observa que tal classificação seria mais linguística e teria acontecido mais recentemente, opondo-se assim à gênese proposta na interpretação de Bartolomé. É a partir dos estudos etnográficos realizados por Bertoni, Nimuendaju, Cadogan, Schaden, entre outros, que os Guarani foram classificados a partir de suas diversidades lingüísticas, organização social, costumes e rituais.

A colonização do sul do país, desde o século XVI, provocou uma depopulação indígena - por epidemias e massacres - que por sua vez, motivaram os movimentos migratórios dos Guarani como estratégia de sobrevivência (Ladeira, 1996). Pode-se afirmar que tais eventos tornaram o então populoso litoral do sul do país em “deserto” - pronto a ser ocupado pelos colonizadores. A literatura etnográfica e histórica, farta no século XVI, com relação aos índios da Costa Atlântica, menos de um século após a conquista contribui para a divulgação da seguinte crença: todos os índios da costa brasileira teriam desaparecido. Castro (2008), ao explorar as teorias clássicas da antropologia sobre os povos indígenas e o contato a partir da colonização, para explicar seu desaparecimento, afirma que a maneira de se perceber esses povos indígenas - como sistemas fechados, internamente coerentes, e livres da influência do Ocidente - não permitia haver o interesse em apreender sobre os conflitos (dentro e fora dos grupos, ambiguidades e processos de mudança).

Entre os Guarani, o entendimento desse movimento migratório é crucial para se compreender o *ethos* cultural Guarani, formado pelo processo de desterritorialização desencadeado pelos conquistadores nos séculos XVI e XVII. Sua motivação passa pelo mito da “Terra Sem Males” - *Yvy Mara Ey*.

O significado de *Yvy Mara Ey* e sua motivação possuem diferentes interpretações, tanto entre os etnógrafos quanto entre os Guarani. Garlet (1997) afirma que essas migrações tornaram-se freqüentes devido às pressões interétnicas e à perda do território pelos conquistadores europeus. Nimuendaju (1987) defende que seria uma migração essencialmente religiosa. Schaden (1974), entretanto, sugere que as migrações seriam religiosas e teriam como pano de fundo o *Yvy Opa*, que seria o fim do mundo. Em sua interpretação uma visão não excluiria a outra. A busca por uma terra economicamente melhor ou a busca por uma terra profética não são alternativas excludentes.

A ocupação Guarani no litoral brasileiro indica a importância adquirida nas últimas décadas, da necessidade de se garantir áreas de florestas e com solo propício à

agricultura, nas quais tenham condições de viver de conformidade com o *ñande reko*. Darella (2004), afirma que dada a atual realidade de ocupação e colonização, os Guarani tecem estratégias que articulam seus preceitos culturais e as prerrogativas políticas em prol de seus direitos territoriais que pretendem ver reconhecidos como tradicionais pela sociedade nacional e pelos governos.

A duplicação da BR 101 forçou os Guarani à ressignificação de sua territorialização. Processo esse ainda em curso, calcado em visão de mundo e experiência em interpretações do passado, apreensões do presente e intenções do futuro (Darella, 2004).

#

A segunda parte da dissertação trata de casos ocorridos na região a partir da duplicação da BR como evento propulsor/catalizador. Faremos à exposição de três casos exemplares. Cada um deles representa, a um só tempo, um modelo estatal e uma apropriação particular dos Guarani no sentido de transformar o modelo que lhes é imposto/oferecido.

O primeiro caso trata do processo de regularização fundiária da Terra Indígena Morro Alto, localizada no município de São Francisco do Sul, litoral norte de Santa Catarina. Como compensação aos Guarani pela duplicação da BR 101, um grupo de trabalho da FUNAI foi designado para eleger uma área que seria comprada. Após os estudos realizados e da proposta inicial ser aceita pela FUNAI, a comunidade indígena mobilizou-se para reverter a decisão de se adquirir uma área por meio de compra. A reivindicação dos Guarani baseava-se no argumento de que a delimitação realizada, na verdade, remetia a um território tradicional, que deveria ser identificado. Ao ser identificado, esse território seria a própria prova de seu pertencimento aos Guarani, o que portanto tornaria a sua “compra” uma ação não somente indesejada, como contraditória e até mesmo ilegal - se estaria comprando um território que já era sua propriedade. Em 2003 foi constituído novo grupo de trabalho, com o objetivo de identificar e delimitar - como terra tradicional - a Terra Indígena Morro Alto.

O segundo caso revisita a Terra Indígena Morro dos Cavalos e as ações de compensação pela duplicação da BR 101 em seu trecho sul. A TI Morro dos Cavalos foi identificada como terra tradicional em 2003. Da mesma maneira que a TI Morro Alto,

foi previstas ações de aquisição de área para a comunidade da terra indígena devido às obras da rodovia.

Em complementação à área já identificada, a comunidade indígena tem buscado áreas para aquisição. No âmbito do programa de apoio às comunidades indígenas Guarani, foi destinado um recurso financeiro para essa ação de compra fundiária. A área a ser adquirida é considerada como extra ou complementar à área identificada.

A Reserva Indígena Cachoeira dos Inácios e a Reserva Itanhã fazem parte do nosso terceiro caso. A primeira foi uma área comprada pelos Guarani como compensação pela passagem do Gasoduto Brasil-Bolívia na década de 90. A segunda também é uma área adquirida, dessa vez em função da duplicação da BR 101. A reserva de Itanhã é ocupada por parte da comunidade indígena da RI Cachoeira dos Inácios, que internamente se dividiu para ocupar as duas áreas.

Embora a aquisição da área da RI Cachoeira dos Inácios tenha ocorrido em tempo próximo aos trabalhos de eleição de área na TI Morro Alto, não houve reivindicação pela identificação da área como sendo terra tradicional.

A reserva de Itanhã foi uma das primeiras adquiridas no âmbito do programa da BR 101, e sua ocupação foi determinada internamente entre os habitantes da RI Cachoeira dos Inácios. As duas reservas mantêm *vínculos políticos*, embora estejam distantes mais de 100 quilômetros entre si.

O objetivo dessa parte é oferecer elementos para compreendermos as formas de atuação do Estado e como essa atuação é interpretada e transformada pelos Guarani.

Os dados de análise se constituíram, de um lado, como produto de observação direta e da convivência junto aos Guarani desde 2003, além dos registros feitos por outros pesquisadores, que elaboraram diagnósticos e estudos que estão diretamente relacionados ao tema da pesquisa.

Trata-se de um conjunto significativo de dados, formado de depoimentos e discursos políticos de lideranças indígenas, registrados nos estudos de impactos e da execução das ações compensatórias da duplicação da BR 101. São, também, parte integrante dos dados, as entrevistas realizadas ao longo dos trabalhos de identificação e delimitação das terras Guarani.

O contexto de produção da pesquisa é dado pela posição de antropóloga executora de ação governamental. A reflexão sobre o envolvimento do antropólogo com seu grupo de pesquisa permeia todo o trabalho apresentado bem como é levada em

conta a participação da FUNAI no processo. Da mesma maneira, outras organizações de apoio, que trabalham no assessoramento de projetos, com os mais variados objetivos junto aos Guarani, também participam do contexto de pesquisa.

A conclusão da dissertação retoma e sintetiza os principais argumentos desenvolvidos, tentando apontar, ainda, outras formas e possibilidades de pesquisa e interpretação desse material.

PARTE 01

Contextualização

O presente capítulo tem como objetivo uma “re-”visitação por alguns dos temas pertinentes para a análise que está proposta na dissertação.

A primeira parte trata de uma discussão sobre o tema das políticas indigenistas e como os povos indígenas têm buscado interagir e reagir às normas impostas pelo Estado Brasileiro. É feita, em complementação, uma discussão pontual sobre o tema da etnicidade e como esta tem sido tratada pela literatura brasileira nos últimos anos. São listados três casos específicos de como o Estado Brasileiro vem intervindo e transformando a realidade de três povos diferentes: os Macuxi - no caso da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no estado de Roraima; os Caxixó, em Minas Gerais, em sua busca pelo reconhecimento étnico para ter acesso a direitos constitucionais; e os Xetá - cuja ação do Estado nas décadas de 50 e 60, priorizando as ações de colonização do noroeste do Paraná, bem como a omissão do órgão indigenista, condenou-os à extinção enquanto povo.

A segunda parte traz um apanhado sobre o tema da especificidade Guarani, buscando introduzir alguns dos principais aspectos culturais e sociais necessários para o entendimento de toda sua dinâmica territorial. Busca-se compreender como os mesmos têm lidado com as políticas públicas indigenistas e colonizadoras. Utilizando como recorte o mapeamento das áreas Guarani no estado de Santa Catarina, a partir dos registros feitos na segunda metade do século XX, caracterizam-se os locais chave ocupados e os desafios para a garantia territorial.

Por fim, a terceira parte apresenta a dinâmica do processo de duplicação da BR 101 no estado de Santa Catarina e como esse processo fez com que os Guarani, paulatinamente, modificassem suas estratégias territoriais, re-elaborassem suas concepções e re-significassem a existência da BR em seu território. A principal fonte bibliográfica desta parte são os relatórios de impacto da rodovia sobre as comunidades indígenas e a tese de doutorado de Maria Dorothea Post Darella (2004), que aborda as estratégias dos Guarani de articulação de seus preceitos culturais e as prerrogativas políticas em prol de seus direitos territoriais.

O Estado e os Povos Indígenas

As políticas governamentais junto aos povos indígenas podem servir de “campo fértil” (Lima, 2002) para uma análise dos poderes do Estado no Brasil. Desde o “descobrimento” do país até os dias de hoje, as políticas/ações voltadas para os povos indígenas refletem modos particulares de interação entre Estado e os diversos povos indígenas. Embora as ações voltadas aos povos indígenas venham desde o século XVII, a análise da questão indígena nesta dissertação aborda o período a partir do século XX, quando é criado o primeiro órgão oficial de ações indigenistas.

As definições de indigenismo são tão variadas quanto os povos a que se destinam. Segundo Souza Lima (1995:14), pode-se considerar o indigenismo “o conjunto de idéias (e ideais, i.e., aquelas elevadas à qualidade de metas a serem atingidas em termos práticos) relativas à inserção de povos indígenas em sociedades subsumidas a Estados nacionais”. Sua ênfase especial está na formulação de métodos para o tratamento das populações nativas, operadas, em especial, segundo uma definição do que seja índio.

Ramos (1998) por outro lado, amplia a definição de indigenismo (“indigenism”), acrescentando à sua definição enquanto domínio das políticas indigenistas estatais ou privadas, a dimensão do imaginário nacional: "O que a mídia escreve e difunde, romancistas criam, missionários revelam, ativistas dos direitos humanos defendem, antropólogos analisam e índios negam ou corroboram sobre o Índio, contribui para um edifício ideológico que toma a 'questão indígena' como seu *building block*" (pg. 6).

No processo de “construção” da nação, de uma unidade nacional no Brasil, o papel dado aos indígenas pode ser visto de duas maneiras. A primeira se refere ao “índio” como matéria nas teorias e nas representações do seu papel na formação do povo brasileiro (Oliveira, 1999). A segunda é referente à análise das práticas que acabam por transformar o objeto das políticas estatais.

A participação do índio na formação do povo brasileiro² é parte da teoria das três raças, que nada mais é do que a mitificação e distorção do conceito de diversidade

² Tal idéia corrobora com a representação dos indígenas no Brasil no passado, no início dos tempos, reduzido a personagem dos primeiros capítulos de nossa história (Oliveira, 1999). É também representado como um “ser” natural, próximo da natureza, sendo que, como cita Oliveira, a impressão das pessoas é de que o “ser” índio acabou há muito tempo. Essa imagem é duramente reforçada pelos livros educacionais e pelos meios de comunicação de massa em geral

cultural (Oliveira, idem). Se por um lado essa teoria exalta a diferença nivelando as três “raças” como co-fundadoras do povo brasileiro, é também responsável pelo “racismo à brasileira” (Da Matta, 1981), já que essa diversidade é substituída no plano discursivo, pelo conceito de “mestiçagem” (Ribeiro, 1979).

Por outro lado, ainda nesse contexto das representações, no plano econômico, o índio é contraposto à noção de desenvolvimento, sendo que sua participação nos ciclos econômicos é reduzida a praticamente nada (Oliveira, 1999). Oliveira ressalta que o índio é marcado, no imaginário nacional, basicamente pelo seu caráter ambíguo e traiçoeiro onde existem conflitos de interesse. Para a população brasileira, em função da representação genérica, os membros das sociedades indígenas são muito mais adequadamente classificados como “remanescentes” ou “descendentes” do que como “índios” (Oliveira, 1999: 198). Diante disso, pode-se dizer que a contribuição indígena à formação do Estado foi “esquecida” ou inconveniente ao longo do tempo.

Até 1988 a política indigenista brasileira estava centrada nas atividades voltadas à incorporação dos índios à comunhão nacional, princípio indigenista presente nas Constituições de 1934, 1946, 1967 e 1969. A Constituição de 1988 suprimiu essa diretriz, reconhecendo aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, bem como os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

A partir da década de 90, a ênfase na implementação da democracia e dos direitos humanos, tão marcante nos anos 80, começou a dividir espaço com o debate de viés ambientalista, de uso e preservação dos recursos naturais presentes dentro das terras indígenas (Barroso - Hoffman, 2004)

As mudanças no discurso indigenista foram acompanhadas por deslocamentos e descentralizações no âmbito da gestão das ações indigenistas. Novas leis e políticas, a despeito de sua real efetividade plena ou não, têm possibilitado a ocorrência de uma série de transformações nesse campo, seja no que se refere aos agentes ou às práticas desenvolvidas.

É também a partir de 1988, com a nova Constituição e novas diretrizes para a questão indígena, que tem início um processo de descentralização na FUNAI, com a retirada de funções antes exclusiva da instituição, como a saúde (que em 1999 passou a ser responsabilidade da FUNASA) e a educação (desde 1999 sob responsabilidade do MEC). Hoje em dia, além da FUNAI, existem mais 15 ministérios que executam a política indigenista. As principais atividades que permanecem na FUNAI são a

demarcação de terras e a assistência. Dentro da parte de assistência, destacam-se as questões relacionadas ao Meio Ambiente e empreendimentos que afetam as terras indígenas.

O surgimento das organizações indígenas também ocorre na década de 80, com um aumento da participação política de alguns indígenas e um maior espaço de fala. É nesse momento que índios de diversas etnias se reuniram para criar a União das Nações Indígenas - UNI, que veio atender à necessidade de se ter um organismo de negociação e articulação que, de fato, representasse os interesses indígenas, já que o órgão indigenista oficial representava muito mais os interesses do Estado e interesses privados do que propriamente dos índios (Ramos, 1997).

Ainda segundo Ramos (*idem*), o termo nações foi escolhido para chamar atenção para a sociodiversidade presente no Brasil, que, por viverem problemas específicos, necessitam de soluções igualmente específicas. Vale lembrar que o termo nações ainda é polêmico dentro do Governo Brasileiro, pois é tomado como expressão de perigo para a soberania nacional. É o termo nação que traduz, segundo Ramos (1993), semanticamente, o reconhecimento à diferença cultural, pois embora seja difundido que nação denota uma instituição unitária, ainda espera-se que cada nação seja diversa culturalmente entre si.

Dessa forma, a organização dos indígenas deu-se também pelo sentimento de compartilhar problemas e tentativas de soluções. Tal compartilhamento acabou por gerar um espírito de solidariedade e confiança, de que não estavam sós em seus problemas (Ramos, 1997).

A UNI enfrentou diversas dificuldades para sua sobrevivência, desde a sua pouca representatividade étnica até a falta de articuladores de outros níveis, como os regionais e locais, de forma que suas ações não eram compartilhadas dentro das comunidades. Ainda assim, a UNI teve papel central durante a elaboração da Constituição Federal, no fim da década de 80, cujas conquistas podemos citar, como o fim do integracionismo dos povos indígenas à “comunhão nacional”, como sentido das ações do Estado frente a estes povos, e o reconhecimento no texto constitucional da realidade sociocultural diferenciada dos povos indígenas.

É a partir dessa Constituição Federal que surge o termo povos³ indígenas. Este foi tema de conflito entre CIMI e UNI. Enquanto a UNI, em suas negociações pró-

³ Ressalto ainda que o termo “povo” é também, assim como o “nações” carregado de “tabus” (Ramos, 1997) já que também denotam autonomia de organização, pondo em risco a soberania nacional.

indígenas, preferiu utilizar o termo “povos” para evitar maiores perdas, uma vez que “nações” - é um termo polêmico, o CIMI insistiu na inclusão do termo “nações”, o que acabou por gerar a fúria de setores mais conservadores do país, pondo em risco todo o esforço indígena na Constituinte (Ramos, 1997).

Bartolomé (2002) afirma que a conquista do reconhecimento pelo Estado de uma “condição de povo” é um ato de afirmação política e não deve ser confundido com o nacionalismo dos Estados Nacionais, com foco de homogeneidade e afirmação existencial.

A UNI não possuía organizações intermediárias que pudessem traduzir, tanto regionalmente quanto localmente, suas ações, políticas e procedimentos junto às comunidades indígenas. Por conta dessas ações verticais (de cima para baixo), o fim da UNI deu-se no início dos anos 90, tendo em vista problemas tanto de representatividade quanto de gerenciamento, que, segundo Ramos (1997), refletia a forma de organização da política indigenista oficial.

A partir das experiências aprendidas com a criação da UNI, o movimento indígena passa a trilhar novos rumos. Ao invés da concentração da articulação em uma única organização, busca-se, a partir de então, a criação de diversas outras organizações tanto regionais quanto locais, até mesmo nacionais.

Hoje em dia, uma das grandes organizações indígenas do Brasil, de atuação regional, é a Coordenação das Organizações Indígenas Brasileiras - COIAB, que atua principalmente nos estados da chamada Amazônia Legal (Amazonas, Roraima, Acre, Pará, Rondônia, Amapá, Tocantins, Maranhão e Mato Grosso), além de trabalhar em conjunto com outras organizações indígenas, tanto associações de comunidades locais, quanto outras organizações regionais.

Segundo Lima (2002), o surgimento das organizações indígenas, em todas suas instâncias, deve ser considerado um avanço. Deve ser visto a partir da perspectiva da construção de alternativas para a mediação entre Estado e povos indígenas, com reivindicações políticas (inclusive territoriais) e com o estabelecimento de parcerias para a execução de diversas ações de proteção e de apoio assistencial.

A estratégia do Estado para os povos indígenas apenas propunha objetivos compatíveis com iniciativas governamentais, reunindo para isto dados muito limitados e dirigidos, que propiciavam a formação de uma imagem distorcida dos povos indígenas.

O órgão indigenista oficial, com diversas dificuldades, tanto financeiras quanto de pessoal, ficou conhecido por sua postura paternalista e até mesmo romântica, tendo

como finalidades básicas deter o extermínio e permitir a sobrevivência dos povos indígenas, sem, entretanto, colocar em prática qualquer proposta consistente e preocupada em estabelecer formas novas e viáveis de participação dos índios na nação brasileira e de relacionamento com o Estado (Oliveira, 1999).

Nesse novo tempo da questão indígena, pode-se dizer que um dos retratos de resistência, ou de estratégia de luta, é o ressurgimento crescente de etnicidades ou de grupos étnicos. Segundo Oliveira (1999), “unem-se modalidades de construção de interdependências sob a forma de organizações, redes e comunidades, oriundas de tradições de conhecimento, para gestão de desigualdades entre índios e não índios, que no longo prazo, acabam por se reportar ao tempo colonial”. Ou seja, o “ser” índio assume um caráter político relacionado a formas distintas de ser e de se identificar, que busca um reconhecimento de um *status* jurídico que é acionado para obter o reconhecimento de direitos específicos.

Nessa busca pela análise da questão indígena no Brasil, a ênfase em uma nova articulação entre a sociedade civil, o Estado e os povos indígenas, demonstra que a participação popular e indígena torna-se cada vez mais presente, servindo como base para o questionamento das formas de lidar com essa questão e com o conjunto de discursos a esse respeito. Discursos que, articulados, podem propor uma profunda reformulação dentro do órgão oficial, inclusive com a mudança de perfil de seus quadros e com a modificação de seu relacionamento com outros organismos governamentais e de suas parcerias com entidades não governamentais e organizações indígenas.

Tendo em vista a política atual, deve-se questionar se, havendo uma diretriz clara, a situação existente dentro da FUNAI, de execução de ações individualizadas e personalizadas, seriam amainadas. Ou seriam, por fim, até uma prática que legitima o poder do Estado, mantendo o órgão indigenista oficial em conflito permanente, o que compromete sua ação e eficácia.

As análises dos autores nos fazem refletir sobre a aplicação de uma política pública em nível nacional, que tem como problema a identificação de um interlocutor entre os diversos campos de atuação. Nesse sentido, as organizações indígenas passam a ter papel importante e central nessa questão, de modo a procurar acabar com a dúvida de “quem representa quem?” dentro desses conjuntos de ações que caracterizam a questão indígena.

#

Nas análises sobre as políticas indigenistas no Brasil, os antropólogos têm buscado ressaltar as diferenças entre os povos, contrapondo-se aos preconceitos existentes, especialmente com a noção genérica de índios.

A imposição de políticas públicas - pré-determinadas e delimitadas - acarreta conseqüências no plano político dentro das comunidades. A imposição de modelos de interação com o Estado - com a criação de associações, por exemplo - forçam a reorganização interna dos grupos, com o objetivo de esboçarem uma reação uníssona contra a violência da invasão. Deixam-se de lado os conflitos internos, as diferenças étnicas, para se unirem em torno da resistência (Santilli, 2001).

A ação indigenista foi desenvolvida em torno dos interesses e necessidades da sociedade dominante - lidar com o “problema indígena”. O reconhecimento territorial passa pelo confronto entre sistemas jurídicos diferentes. O território não se resume simplesmente a terra, também diz respeito à reprodução de relações socioculturais. Não é algo externo a ser possuído: é expressão de sua localização relacional na “teia” geral das formas de vida (Arruda, 2002).

A incorporação da concepção de território pelos povos indígenas (finito e delimitado por linha imaginária) modifica o território indígena - sua delimitação se dá no campo relacional impositivo de nossa sociedade e das possibilidades políticas de reivindicação da terra. A discussão sobre o direito fundiário remete à discussão dos conceitos jurídicos e antropológicos, para que sejam contempladas as especificidades dos diferentes povos indígenas. Essas especificidades devem ser abordadas tanto em relação à noção da categoria “índio” quanto para os critérios internos sobre território (Assis e Garlet, 2004).

Santilli (2001) evidencia as estratégias de resistência ao analisar o processo de construção territorial da Terra indígena Raposa Serra do Sol. A organização dos povos de Roraima na tentativa de se fortalecerem frente às ações colonizadoras do Estado, bem como a política federal em se estabelecer terras delimitadas e demarcadas administrativamente, também é abordada por Santilli.

O processo de territorialização (Oliveira, 1998) a que são submetidos os povos indígenas, no caso de Roraima, passa também pelo surgimento de organizações indígenas verticalizadas.

A partir da análise do caso paradigmático de fragmentação territorial em Roraima, Santilli analisa criticamente - fundamentada empiricamente - a construção de territórios indígenas no Brasil. Sua análise não se restringe apenas à definição de terras indígenas, mas sim ele parte da significação do que é território para os Macuxi e como essa significação interage em função das políticas públicas.

O processo de reconhecimento de uma terra indígena não pode ser considerado tecnicamente neutro. A construção da Terra indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS) demonstra e revela os impasses entre os interesses econômicos, políticos regionais e locais, em contraponto ao direito formal e às práticas da política indigenista. Santilli (2001) afirma que a construção da terra foi o resultado de ações, negociações e conflitos políticos em diversos níveis e instâncias. A unidade territorial construída, entretanto, acabou por corresponder àquela concebida pela unidade política indígena. Razão pela qual o caso da TIRSS é considerado como possuindo um valor essencial e pragmático na análise das políticas territoriais para os povos indígenas.

A definição de limites territoriais é permeada por “pequenos ajustes” (Santilli, 2001) em favor de interesses locais e regionais, indo de encontro às definições territoriais dos povos. Tais ações revelam procedimentos contraditórios e suscetíveis a interesses políticos, inclusive do Governo Federal, em busca de apoio no Congresso Nacional da bancada roraimense. A segurança territorial de um povo - reconhecido e protegido constitucionalmente - torna-se “moeda de troca”. Santilli afirma que devido a essas negociações, os Macuxi (e os povos indígenas em geral) ainda não vivenciam um “tempo de democracia”.

A construção de limites territoriais torna-se, conforme Santilli, “a materialização arrogante de um código jurídico estranho e indiferente aos Macuxi” (pg. 131). A concepção Macuxi em relação ao território não inclui qualquer noção de propriedade territorial de grupo. A noção do espaço Macuxi é aberta e ilimitada, estruturada por relações individuais recíprocas. Isso demonstra que as categorizações genéricas do Estado Brasileiro, de território ou de comunidade não se espelham em categorias nativas.

O processo de territorialização, baseado em um código jurídico externo, torna-se perverso a partir do momento que os códigos sociais são transformados com o objetivo de se fazerem tangíveis ao Estado. O estabelecimento das organizações formais, deixando de lado as diferenças e os conflitos internos, atua como contrapartida do reconhecimento oficial. É esse reconhecimento que permite o acesso às políticas e

ações governamentais que darão condições da manutenção da diferença e dos códigos sociais próprios dos povos indígenas.

Direcionando o foco desse tema para as sociedades Guarani, observa-se a necessidade de uma análise que tenha por base um esclarecimento sobre aspectos que envolvem o conceito de território, em especial considerando o contato dessas populações com a sociedade englobante. Os problemas relacionados à economia, saúde, organização social e demografia estão imbricados e subsumidos na questão fundiária (Assis & Garlet, 2004).

Em Minas Gerais, os Caxixó, há mais de vinte anos vinham buscando o reconhecimento étnico por parte do Estado Brasileiro, de modo a terem garantidos seus direitos, implicando no início da execução de ações de proteção e assistência, regularização fundiária e no atendimento à saúde e educação (Oliveira, 2003). Por se tratarem de um povo com relações estreitas e compartilhadas com a população local, foi necessária a realização de estudos específicos - os laudos antropológicos⁴ para reconhecimento do grupo e início das ações.

O primeiro relatório solicitado pela FUNAI, realizado em 1994, tinha por objetivo subsidiá-la na tomada de decisão quanto ao reconhecimento ou não da coletividade denominada Kaxixó como indígena. O resultado foi utilizado para que os Kaxixó não fossem reconhecidos e tampouco assistidos.

O segundo laudo realizado buscou através da história oral, mostrar que, além do primeiro relatório ser equivocado, os Caxixó⁵ se caracterizavam como um grupo distinto da sociedade colonizadora, por mais próximos - em termos de relações sociais - que sejam da população local.

O trabalho de Oliveira integra a história dos Caxixó no sentido que foi feito com a conotação de ser um “tira-teima” dos dois relatórios contraditórios. O objetivo não pode ser reconhecê-los como indígena no sentido da categoria estereotipada no imaginário popular, mas sim conhecer e compreender a narrativa e a interpretação nativa dos fatos históricos. Segundo Oliveira (2003:176) os Caxixó, como sujeitos ativos, elaboraram situações, sejam estas registradas na história oficial ou não, e

⁴ Oliveira (2003) afirma que a expressão "laudos antropológicos" começou a ser utilizada na segunda metade da década de 1980. Foi estabelecido, em 1988, um protocolo de intencoes entre Procuradoria Geral da Republica e Associação Brasileira de Antropologia para realização de estudos e laudos periciais voltados para o subsidio e o apoio tecnico aos trabalhos do Ministerio Publico Federal.

⁵ Segundo Oliveira (2003) o etinomio Caxixó escrito com “k” tratava-se de uma construção externa ao grupo – talvez na tentativa de caracteriza-lo como “exótico”. Seus individuos, no entanto, sempre grafaram-no com “C”. Daí a mudança de escrita ao longo do texto,

reagiram de acordo com sua própria forma de pensar e se colocar (se projetar) no mundo.

Todo o processo pelo qual passaram os Caxixó teve como objetivo o reconhecimento, pelo Estado Brasileiro, de sua indianidade. Ser “Índio” no Brasil significa ter acesso a direitos especiais, em destaque o direito à terra. Os povos indígenas conquistaram o maior avanço constitucional que diz respeito aos direitos dos povos autóctones no Brasil: o Estado Brasileiro passou a reconhecer o direito dos povos indígenas em serem povos indígenas - contrapondo toda a política e concepção estatal da integração.

No que tange aos direitos fundiários, os interesses de grupos econômicos específicos sobre as terras indígenas impõem dificuldades significativas para o cumprimento dos direitos constitucionais dos povos indígenas no Brasil (Arruda; 2002). Uma delas é a lógica perversa da negação: se não é possível negar o direito, nega-se o sujeito. Daí o discurso de “autenticidade” cultural não ter sido superado no campo político.

Coletividades como os Caxixó, elaboram seu passado. Não é um caso de “índios falsos”, forjando identidades e culturas unicamente para ter acesso a direitos. Através da descoberta desses direitos, de um processo de conscientização, olham para o passado, percebem o presente e projetam o futuro. Sua luta é, também, contra a imagem genérica de “índio”, a noção ultrapassada de culturas autênticas. E é a partir dessas lutas que buscam deixar a condição histórica de exclusão desses povos.

Outro exemplo da interferência estatal na sobrevivência de um povo foi relatado por Silva (1998), ao apresentar uma etnografia do contato da sociedade Xetá. Habitantes do noroeste do Estado do Paraná, foram exterminados nos anos seguintes ao contato (1954/1956). Silva apresenta, a partir dos relatos dos poucos sobreviventes, a etno-história Xetá, registrando o “evento contato e extermínio” sob a ótica dos sobreviventes (pg. 225).

Através dos registros de memória dos Xetá, foi possível reconstituir, embora de maneira fragmentada, uma versão do contato com o mundo dos brancos e seu conseqüente extermínio. Privilegiam-se as narrativas de vida dos sobreviventes, testemunhas de acontecimentos e fatos históricos, que não foram contemplados pelos registros oficiais da época.

As histórias das fugas marcam toda a narrativa, marcando as estratégias dos Xetá frente à intensificação da ocupação branca no Paraná. Dos Xetá, seus indivíduos

foram mortos e as crianças capturadas, separadas e entregues às diversas famílias para serem criadas.

O órgão indigenista à época, o Serviço de Proteção aos Índios, teve papel central nessa história de extermínio. A primeira notícia oficial a respeito dos Xetá data de 1949. O SPI foi informado através do Departamento de Terras do Estado - responsável pela colonização do estado. Em 1952, o SPI tenta contato com o grupo. Mesmo sem sucesso, é constatada a presença do grupo e os perigos a que estavam expostos.

A instalação de postos de atração não tiveram sucesso, por má localização e desconhecimento do grupo. Segundo Silva, o SPI não assumiu suas obrigações de proteção, defesa e garantia de direitos aos Xetá. Por outro lado, a autora afirma que as atribuições dos segmentos institucionais são confusas, trazendo, portanto, falhas.

O estado do Paraná esbulhou as terras Xetá, ignorando seus deveres e responsabilidades para com o território indígena. Nas narrativas nativas, os Xetá afirmam que os agentes estatais, os responsáveis pela execução de ações de proteção, “não nos conheceram de verdade” (pg. 221).

Em 1997 realizou-se o encontro dos sobreviventes do extermínio Xetá. Eram, à época, oito pessoas, e que estavam afastados do convívio uns dos outros, vivendo em diferentes localidades no estado do Paraná. O encontro teve como objetivo, promover a aproximação e o conhecimento dos remanescentes, estabelecendo futuras redes de sociabilidade.

O resultado do encontro gerou a solicitação de atenção ao atual órgão federal de assistência, a FUNAI, bem como de uma indenização em forma de terra, com casas, para que os remanescentes pudessem habitar e tentar se refazer das perdas sofridas ao longo da vida.

#

“Gente Verdadeira” - Os Guarani

É a partir do início do século XX que os estudos etnográficos, principalmente de Nimuendaju, Cadogan e Schaden, permitiram maior conhecimento a respeito dos índios, suas especificidades lingüísticas, religiosas, políticas e sobre a cultura material Guarani, definindo as bases para a classificação ainda vigente dos subgrupos.

Recentemente, a localização dos grupos e centros de “origem” e “dispersão” são critérios considerados nas classificações e subdivisões desse grupo indígena. Embora esta classificação não corresponda às definições de grupo, origem e situação vivida pelos Guarani, ela não deve ser entendida apenas como um “formalismo classificatório” pois aponta uma definição de diferença explícita e vivenciada pelos próprios índios (Ladeira, 1992).

Os Guarani atuais, no Brasil, podem ser divididos em pelo menos três grupos: os Kaiowá, os Nhandéva e os Mbyá. A origem desses subgrupos pode ser explicada pela maneira com que estes se colocaram perante as missões jesuíticas da época da colonização. Segundo Bartolomé (1991), ocorreu uma separação devido a um conflito entre dois líderes: Paragua, que se mostrava favorável à evangelização e Guairá, que, juntamente com seus seguidores, se refugiaram nas profundezas das florestas. Os seguidores de Paragua habitaram as missões do sul do Paraguai e, com a expulsão dos jesuítas, voltaram à vida na selva para evitar que fossem feitos escravos pelos encomendeiros, o que deu origem aos Nhandéva (Melatti, 1997).

Aqueles que não foram alvo das missões eram conhecidos de maneira depreciativa e genérica como os Ka'yguá - os do mato, ou Monteses - e que segundo Garlet (1997) estes seriam os antepassados dos *Mbyá*. Ladeira (2001), citando Clastres (1978), afirma que os grupos Guarani atuais, que escaparam dos colonos e dos jesuítas, que conservaram sua autonomia e que se mantiveram em locais, descendem dos *Ka'yguá* (Ladeira, 1992). Aqui consideraremos os *Ka'yguá* como os ascendentes dos *Mbyá*.

Vale lembrar que, segundo Ladeira (2001), foi somente a partir do século XX, com os estudos etnográficos realizados por Bertoni, Nimuendaju, Cadogan, Schaden, dentre outros, que os Guarani foram classificados a partir das diversidades lingüísticas, organização social, costumes e rituais. Na época colonial essa divisão não seria tão precisa, uma vez que todos os Guarani eram considerados como um só grupo, os Carijós (Ladeira, idem).



Figura 01 - Mapa Etnográfico de Curt Nimuendaju , 1987

Uma das características mais marcantes entre os Guarani é sua mobilidade e suas migrações. Melia (1989) afirma que as migrações constituem um traço característico dos Guarani, mesmo que esta característica tenha ficado “em dormência” por séculos.

O entendimento dessas migrações é crucial para se compreender o *ethos* cultural Guarani, formado pelo processo de desterritorialização desencadeado pelos conquistadores nos séculos XVI e XVII.

Guimarães (2001) afirma que os deslocamentos Guarani são realizados de duas maneiras: uma ritual, em busca da morada celeste; e outra prosaica, que acontece quando eles caminham entre as diversas aldeias Mbyá, construindo uma rede de reciprocidade.

As migrações são guiadas pelos líderes espirituais - os *Nhanderu* e os Caciques -, que migram em busca de solos mais férteis e matas virgens, para que seja possível viver o “ser” Guarani, de acordo com seus preceitos culturais e os valores de sua sociedade, rezando e praticando diversos exercícios espirituais que são necessários para alcançar o Paraíso.

A “Terra sem Mal” seria um lugar onde os Mbyá pudessem realizar o *tekó* - nosso modo de ser autêntico e verdadeiro (Meliá apud Litaiff, 1996:52). Segundo Litaiff (idem), *Yvy Mara Ey* pode ser comparada a um “remoto e nostálgico *tekohá*” (lugar necessário para realização de *Tekó*). Dessa forma, quando os Mbyá buscam a Terra sem Males, podem estar procurando um elo com seus parentes, deuses que há muito se perderam, uma vez que segundo as tradições Mbyá, são todos filhos de *Nhanderu*.

As migrações dos Mbyá são caracterizadas por avanços descontínuos, que podem ser tanto locais como temporais. E estão relacionadas não somente com os processos de desterritorialização que os Guarani sofreram ao longo dos anos. Essa característica podia ser encontrada em seus ancestrais, que buscavam conscientemente seu *tekohá* (local em que viveriam segundo seus costumes), impulsionados por pajés que orientavam as andanças (Schaden, 1974).

Nimuendaju (1987) sugere que, no princípio do século XIX, as tribos Guarani iniciaram um movimento religioso que duraria até os dias de hoje. Enquanto de um lado Garlet (1997) defende que essas migrações tornaram-se mais freqüentes devido às pressões inter-étnicas e a perda do território pelos conquistadores europeus, de outro Nimuendaju defende que seria uma migração essencialmente religiosa.

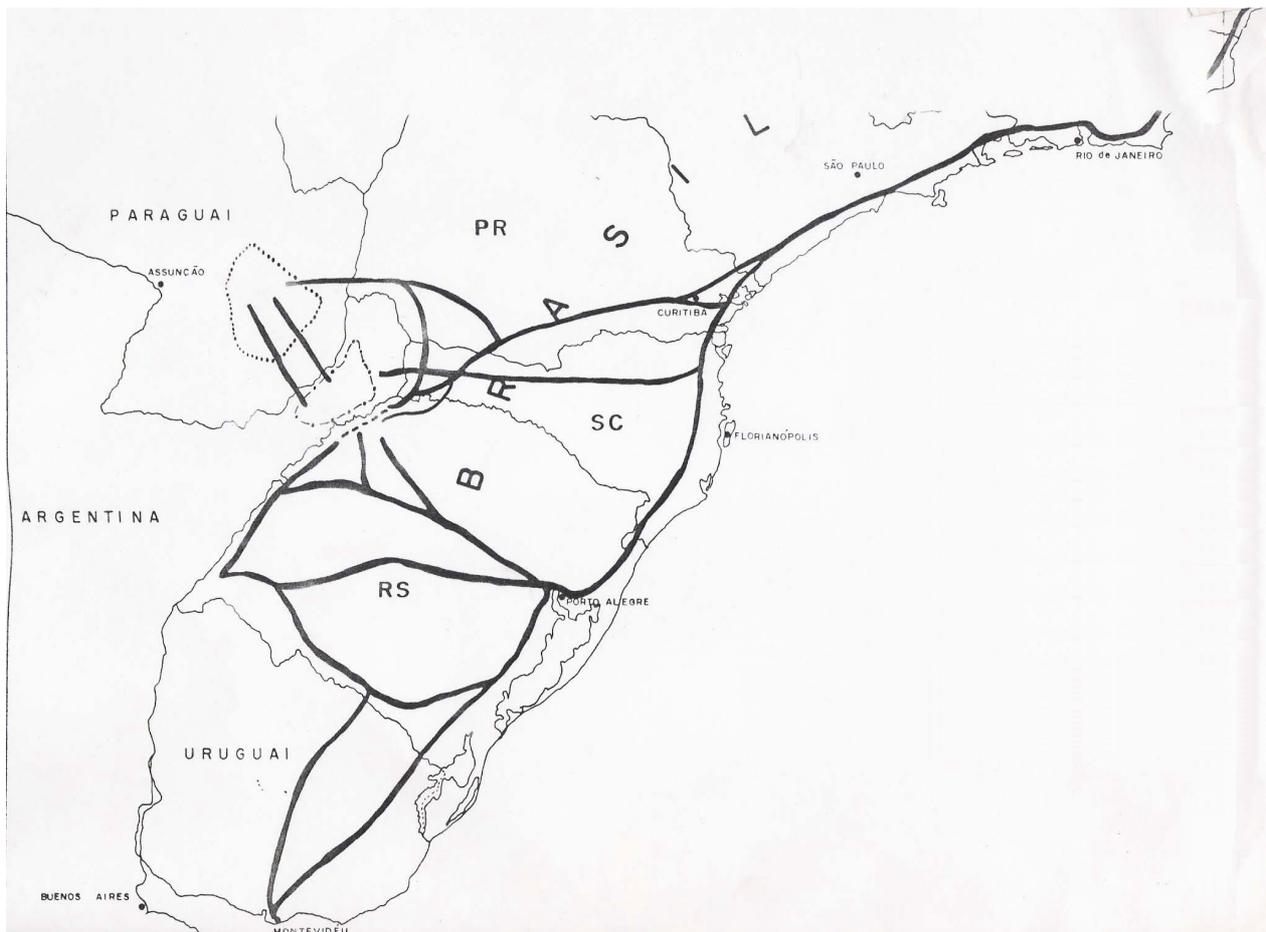
O mundo onde hoje vivemos tornou-se um local de provações para os Mbyá, repleto de imperfeições, onde as pessoas deveriam enfrentar situações aflitivas e superá-las com a chamada “neblina vivificante”, que garantiria a purificação e defesa contra as enfermidades.

Deslocar-se, para os Guarani, é uma necessidade vital. Segundo Guimarães (2001), o trajeto feito por uma pessoa, segue ou acompanha o fluxo da língua Mbyá, pois os Mbyá preferem ir para localidades onde há outras pessoas falando a língua.

Essa movimentação é fato central do grupo, “encapsula o ‘ethos Guarani’, e pode ser considerado um fenômeno total, que esclarece ou define a realidade (Mauss, 2003)”. Mistura tudo o que constitui a vida propriamente social e exprime, ao mesmo tempo e de uma vez só, todas as instituições. É a marcha que compõe e mantém coesa a unidade social. Humanos, seres sobrenaturais e mortos são produtores de tal unidade. A unidade social Guarani se tornará plena quando a mesma iniciar a ocupação da “terra imperfeita”, onde vivemos hoje e da “terra sem mal”, onde vivem os seres sobrenaturais.

Ao se tratar das movimentações ou migrações Mbyá, alguns cuidados devem ser tomados. Ao contrário do que um senso comum possa indicar nada permite afirmar que os Guarani Mbyá sejam nômades ou andarilhos, uma vez que as migrações Mbyá são planejadas e seguem uma rota determinada. Ramos (1998) remete à questão relacionada aos movimentos dos povos indígenas - não raramente considerados como característica de nomadismo desses povos.

“Talvez oriundo do Crescente Fértil, quando as primeiras cidades-estados da Suméria e Caldéia se esconderam atrás de muralhas e deixaram de fora os ‘bárbaros nômades’. Esse conceito (e outros como tribo, povos marginais, ou caçadores e coletores) vem sendo usado para estabelecer a diferença entre civilizados e primitivos e reforçar um valor ocidental que a vida sedentária representa. O caso do nomadismo é mais um exemplo do que Bourdieu (2000:36) chamou de ‘persuasão clandestina’ do senso comum sobre a linguagem.”.



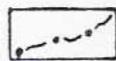
LEGENDA:



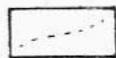
— ROTAS DE DISPERSÃO E CIRCULAÇÃO.



— LIMITES APROXIMADOS DO TERRITÓRIO ORIGINAL.



— ÁREA DE OCUPAÇÃO INTERMEDIÁRIA DA MAIORIA DOS GRUPOS QUE SE DESLOCARAM PARA O RS.



— REGIÃO DAS OCUPAÇÕES MAIS ANTIGAS NO RS.

BASE CARTOGRÁFICA: MAPA 2 DE DISPERSÃO — MESTRADO IVORY GARLET
1997 C.R.S. MIMEO.

DESENHO: KATIA BOMFIM — 11/SET./1998

Figura 02 - Rotas de Disperção Guarani - Ivori Garlet, 1997.

É a partir da segunda metade do século XX que os Guarani sofrem outro grande impacto em relação às situações de contato e relações com a sociedade dominante. O processo de invasão recente ocorreu de forma mais contundente - até então poderia se dispor de espaços que lhes permitiam manter um distanciamento dos colonizadores. O processo de expansão capitalista sobre os países do Cone Sul afetou decisivamente os povos Guarani, especialmente no espaço territorial no qual estavam estabelecidos.

O acesso a terra passa a ser uma prerrogativa da concepção capitalista para o desenvolvimento urbano. As implicações dessa concepção resultam na concentração de terras, tornando-as, progressivamente, pertencentes a um número cada vez mais reduzido de proprietários. Em consequência, as minorias - entre elas os povos indígenas - passam a ser sistematicamente expulsos de suas terras.

Garlet e Assis (2004) informam que esse processo atingiu, de forma determinante, os espaços tradicionais dos diferentes grupos Guarani. Impulsionadas, principalmente, pela monocultura da soja, a partir da década de 60, as novas fronteiras agrícolas foram se expandindo em “ondas” sucessivas, que atingiram o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, repercutindo na Argentina e no Paraguai (regiões consideradas como parte do grande território histórico dos Guarani).

No estado de Santa Catarina, os registros oficiais são imprecisos em relação à ocupação Guarani. No litoral, a ocupação mais antiga é a Terra Indígena Morro dos Cavalos, no município de Palhoça. Segundo Darella (2004), trata-se de uma aldeia de significativa importância como ponto de referência dentro da dinâmica Guarani em relação ao grande território histórico.

Em 1991, o Centro de Trabalho Indigenista realizou um levantamento das ocupações Guarani no estado de Santa Catarina. Dentre as ocupações listadas, encontravam-se algumas ocupações no litoral norte e a Terra Indígena Morro dos Cavalos. Esse levantamento buscou reforçar a importância da definição fundiária para os Guarani - um vez que não havia qualquer reconhecimento oficial das ocupações Guarani desvinculada das ocupações Kaingang ou Xokleng, no oeste do estado. Trata-se do principal marco referencial dessa ocupação contemporânea pelos Guarani.

O Museu Universitário da UFSC iniciou sua ação juntos aos Guarani em 1992, efetivando o mapeamento das áreas ocupadas em 1996. Neste levantamento indicou

mais uma vez, a ocupação da TI Morro dos Cavalos e de outras áreas com ocupação mais recente.

Em 1996 também são realizados os estudos de impacto devido à duplicação da BR 101 no trecho que vai do município de Garuva à Florianópolis. Darella (2004) faz um panorama da ocupação Guarani desde 1983 até 2003, indicando que, pelo menos, vinte e dois municípios de Santa Catarina (especialmente no litoral) tinham ou tiveram ocupações Guarani nesses vinte anos. Do ponto de vista da FUNAI, entretanto, apenas as seguintes terras tiveram algum processo administrativo de regularização fundiária: Morro dos Cavalos, Cachoeira dos Inácios, Mbiguaçu, Morro Alto, Pirai, Tarumã e Pindoty. As quatro últimas terras tiveram seu processo administrativo iniciado como medida de compensação de impacto pela duplicação da rodovia.

As obras na BR 101 forçaram os Guarani a apreensão das conseqüências para suas famílias, grupos, aldeias e uma redefinição das estratégias políticas internas sobre seu território. Darella (2004) afirma que a intenção dos Guarani, a partir dessa realidade, é a legitimação de sua presença e o reconhecimento e a materialização de seus direitos territoriais. A reivindicação por seus direitos territoriais faz parte da ressignificação das condições para seu “bem-viver”. A (re)ocupação (Darella, 2004) dos territórios Guarani é intrínseca a uma tradicionalidade própria, “sendo base de um processo de legitimação que dá sustentabilidade ao processo de territorialização” (pg 160).

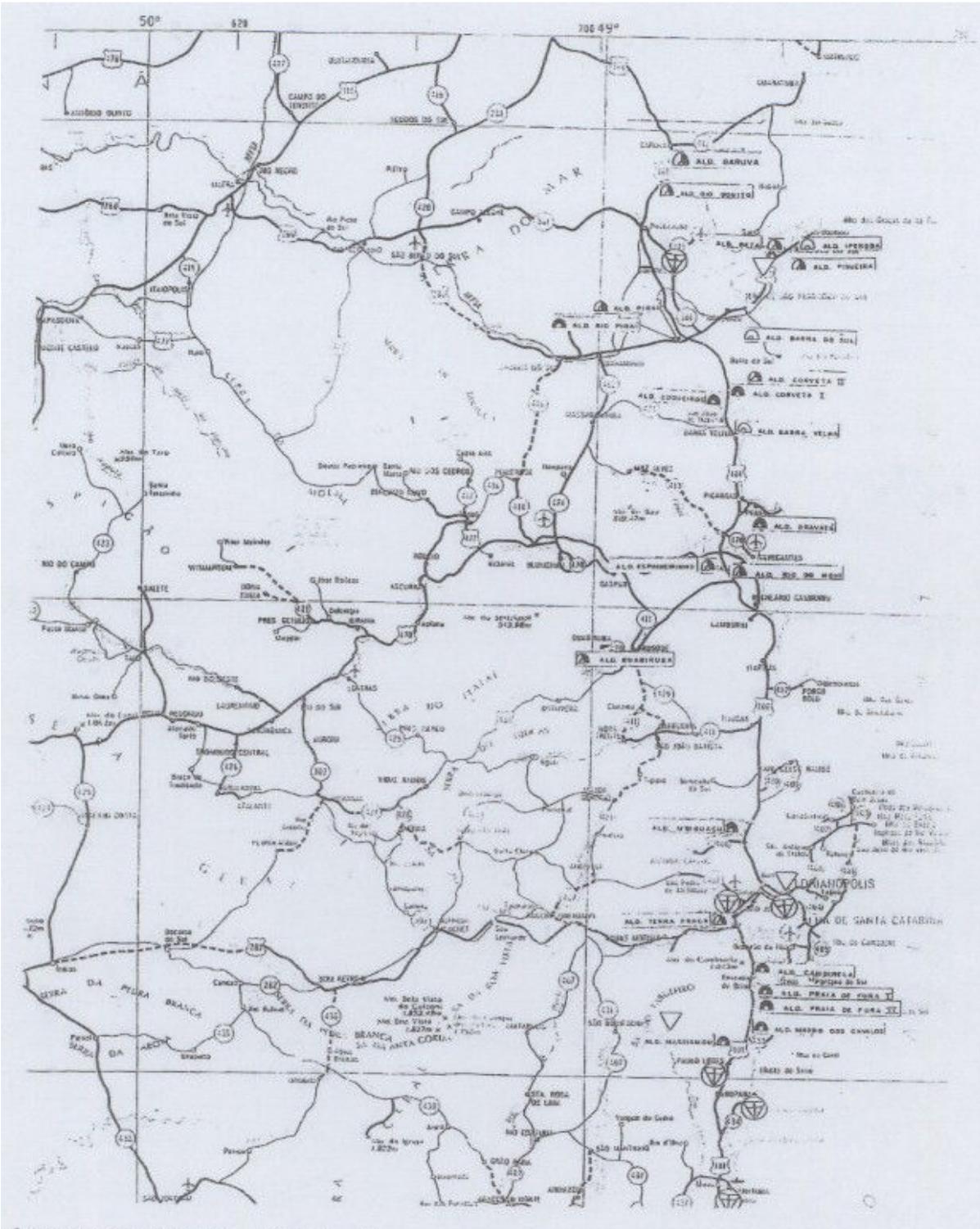


Figura 03 - Levantamento das Aldeias de Santa Catarina - Centro de Trabalho Indigenista (CTI), 1991.

A ocupação do litoral e sua reivindicação de regularização podem ser compreendidas como um processo de Guaranização do espaço (Darella, idem). Os Guarani, a partir da nova significação territorial, reivindicam sua existência e seus direitos. O avanço dos brancos sobre as áreas de uso dos Guarani, estão “encurralando-os”, e a demarcação das áreas começam a perder o significado de confinamento e passa a ser uma das alternativas viáveis para a sobrevivência física, cultural e espiritual dos Guarani.

Jurua Rape - O caminho dos Brancos

A rodovia BR 101 e suas obras - especificamente a construção e recentemente sua duplicação - interferiu diretamente física e simbolicamente no território Guarani, causando além da desfiguração ambiental, a perda de sítios arqueológicos, trilhas tradicionais e mudança paisagística. Mais que isso, forçou os Guarani a uma nova definição de estratégias políticas e econômicas. As estradas substituíram as trilhas tradicionais e passaram a ser utilizadas como novos caminhos - embora não dêem as condições necessárias para as paradas⁶ Guarani.

O “caminho dos brancos”, especificamente a BR 101 foi “absorvida” em parte pelos Guarani (Darella, 2004), que a incorporaram em suas movimentações, tornando-a atualmente, parte ativa e essencial nessa dinâmica territorial. Essa transformação do significado da BR 101 na dinâmica Guarani foi apontada e caracterizada nos estudos de impacto de duplicação da BR - nos trechos norte (entre os municípios de Garuva e Florianópolis em Santa Catarina) e sul (entre os municípios de Florianópolis em Santa Catarina e Osório no Rio Grande do Sul). A re-significação da rodovia pelos Guarani refletiu inclusive nas medidas de compensação a eles, sendo proposto um sistema de passagem livre, para facilitar esses deslocamentos no litoral (Ladeira, Darella & Ferrareze, 1996 e Darella, Garlet & Assis, 2000).

Por outro lado, essa re-significação da rodovia se tornou um dos fatores principais de mortalidade entre as comunidades do litoral. Ao trocar as trilhas tradicionais pela rodovia, o índice de atropelamentos aumentou consideravelmente, sendo na sua grande maioria, fatais. Outra consequência negativa foi a restrição à

⁶ As paradas Guarani são caracterizadas por acampamentos, de passagem, onde as famílias acampadas deveriam ter condições de plantio e com água potável. São pontos estratégicos e essenciais para a territorialização Guarani.

ocupação de áreas e a adequação a uma nova conjuntura ocupacional. As realidades regionais se modificam e se processam com o projeto de duplicação da rodovia.

A duplicação da BR 101 teve como grande motivador a necessidade econômica de adequação da rodovia à demanda de tráfego da estrada. A permanência da estrada como pista simples é fator inibidor ao desenvolvimento sócio-econômico da região, expandindo-se inclusive ao Mercosul.

Darella (2004) afirma que a obra de duplicação obrigou os Guarani e os não-índios a refletirem, debaterem e se posicionarem em todo o processo e suas conseqüências, durante um longo período de tempo - há mais de dez anos a “questão BR 101” é tema recorrente na mídia e nas rodas de debate das reuniões Guarani. Toda a discussão acerca da duplicação da rodovia trouxe à tona o tema sobre a territorialidade Guarani, o reconhecimento das ocupações pretéritas e atuais, e a necessidade de “desencadear justiça social” (Darella, 2004: 178) para os povos indígenas do litoral. Darella chama a atenção para a apropriação da rodovia pelos Guarani, que apesar das conseqüências “nefastas”, não houve qualquer manifestação ou oposição à duplicação da rodovia. Esse posicionamento da “não discordância” ao projeto da rodovia remete às estratégias próprias dos Guarani em relação à colonização - caracterizada por fugas e invisibilidade.

A estratégia da invisibilidade dos Guarani foi, ao longo do processo, sendo colocada em xeque. O assédio da sociedade dominante para a execução da obra, fez com que os Guarani fossem obrigados a tratar entre eles das conseqüências - especialmente territoriais - advindas da duplicação. Darella (2004) ressalta que essa discussão não foi fácil ou uníssona, mas sim grande causadora de embates entre as lideranças e comunidades. A grande pergunta entre eles era “como se manter Guarani?” Essa manutenção passava, e ainda passa, pelas adaptações necessárias e dinâmicas para se enfrentar uma realidade imposta e dominante.

Todo o crescimento regional decorrente de uma obra desse porte e as ações tomadas para mitigar o impacto - especialmente a criação do Parque Estadual Serra do Tabuleiro - reduziram ainda mais as áreas “boas” de uso para os Guarani. A duplicação e a atenção dada aos Guarani tornam-se estrategicamente importantes para a garantia, mesmo mínima, de áreas de floresta próprias aos Guarani, para respeito ao seu direito fundamental de vida.

A divisão da duplicação em trechos - determinados por motivos econômicos - não condiz com a realidade histórica e dinâmica territorial dos Guarani. Os

encaminhamentos tomados como medidas de compensação relativas aos trechos norte e sul também foram tratadas como independentes. Na análise de Darella (2004), um projeto como esse deveria ter sido entendido como um todo, inserido no território Guarani - sendo diretamente recortado e ignorado quanto à história, referências míticas e sociais. A divisão do processo gerou dificuldades “diplomáticas” entre as lideranças Guarani. Ao diferenciar as aldeias “por trecho”, não se respeitou a unidade étnica e sua dinâmica. Além disso, como as medidas de compensação entre os trechos foram muito díspares, gerou um “mal-estar” entre as aldeias, refletindo em sua dinâmica de reivindicação territorial.

O licenciamento da duplicação do trecho norte teve início entre os anos de 1994 e 1995 e foi concebida de modo a buscar dois objetivos “igualmente” desejados: o crescimento econômico e a qualidade de vida, tornando os danos ambientais - e aos Guarani - apontados como irrelevantes para o debate público (Costa, Alonso & Tomioka (2001). O estudo de impacto ambiental, elaborado em 1995, apontou apenas a Terra Indígena Mbiguaçu como sendo afetada pela duplicação - excluindo-se todas as outras ocupações Guarani da região. Após avaliação da FUNAI, foi solicitada complementação do relatório apresentado. Ainda assim, foi apresentado em 1996, com base no estudo de impacto, o “Programa de Apoio à Comunidade Indígena”. O Programa apresentava medidas como passarelas subterrâneas para pedestres e demarcação da terra indígena. Darella (2004) informa que a inclusão de medidas demarcatórias mostra que os empreendedores (DNER) estavam cientes quanto à questão indígena - fato esse que não diminui a responsabilidade sobre a omissão sobre as demais ocupações.

O estudo complementar, ao contrário do EIA, apontou pelo menos vinte e dois locais ocupados e desocupados (dentre eles os pontos de parada e acampamentos temporários) entre os municípios de Garuva e Palhoça. Além disso, o estudo atualizou os dados sobre a ocupação Guarani desde o relatório elaborado pela UFSC, de 1996. Assim como no EIA, uma das medidas urgentes citadas pelo estudo específico era a regularização fundiária das ocupações Guarani.

O principal resultado do EIA foi o posicionamento governamental (tanto no sentido de se regularizar as terras, quanto de tentar descaracterizá-las) em relação ao levantamento realizado. No DNER, o posicionamento manteve-se como declarado nos estudos de impacto - desfavorável à regularização fundiária. Na FUNAI, algumas das áreas foram consideradas como interessantes à sua regularização como terras

tradicionais, enquanto outras deveriam ser regularizadas como reservas indígenas. Após negociações, a resposta para as medidas para os Guarani relativos à duplicação da rodovia foram estabelecidas em um Convênio entre DNER e FUNAI. O convênio previa recursos, repassados à FUNAI para os trabalhos de “eleição, identificação e delimitação” das áreas Guarani, na área de influência da BR 101 no estado de Santa Catarina.

Os trabalhos, realizados em campo em 1998 e 1999, apontaram quatro áreas para que fossem regularizadas por meio de reservas e/ou eleição de áreas: Pirai, Pindoty, Tarumã e, posteriormente, Morro Alto. Além disso, houve também um novo estudo de complementação à identificação da Terra Indígena Mbiguaçu. Como resultado dos trabalhos e dos relatórios, as Terras Indígenas Tarumã e Pirai tiveram seus processos de eleição interrompidos, por se tratarem de terras de ocupação tradicional e, portanto, impassíveis de serem adquiridas. As Terras Indígenas Pindoty e Morro Alto chegaram a ter seu reconhecimento como reservas indígenas, mas tiveram seus processos revistos devido à manifestação dos próprios indígenas. Anos depois, em 2003, foi instituído Grupo Técnico para identificação de delimitação das quatro áreas.

A Terra Indígena Mbiguaçu teve seu resumo publicado em 1999, demarcação em 2000 e homologação em 2003, como terra indígena tradicional - a primeira no estado de Santa Catarina de ocupação Guarani. A superfície da Terra Indígena Mbiguaçu é de aproximadamente 58 hectares, demonstrando o contraste nas delimitações fora da região chamada de Amazônia Legal.

O trecho sul da duplicação da BR 101 teve início em 1997, inserido desde o princípio na legislação ambiental em vigor até hoje, datada de 1997⁷. Da mesma maneira, a duplicação do trecho sul despertou o interesse e a mobilização da sociedade, com campanhas publicitárias e de apelo ao público pela necessidade da duplicação - como um acontecimento imperativo e urgente (Darella, 2004 (193). A duplicação estava inserida no programa do governo Federal - o “Avança Brasil” -, dentro de um projeto maior chamado “Corredor Mercosul”. O compromisso na duplicação continuou no governo Lula, primeiro como promessa de campanha, depois como uma das grandes obras do “Plano de Aceleração do Crescimento”, ou simplesmente PAC.

Os estudos de impacto do trecho sul apresentaram o “componente indígena” mais estruturado do que os estudos do trecho norte, necessitando, porém de

⁷ A Resolução CONAMA 237/97 disciplina os procedimentos necessários para a implantação de um grande projeto, através do Licenciamento Ambiental.

complementações. Em 2000, as lideranças Guaranis e indigenistas apresentaram ao Ministério Público Federal proposta de efetivação do processo demarcatório das áreas Guaraní - anteriormente aos projetos de engenharia da duplicação (Darella, 2004). Essa proposição fundamentou a realização de um novo estudo de impacto, onde as comunidades indígenas deveriam ser ouvidas, inclusive registrando as opiniões dos mais velhos das aldeias. A equipe contratada executou não somente os estudos de impacto, mas também as ações previstas no Plano Básico Ambiental - PBA referente ao projeto. No PBA devem estar detalhadas as ações de compensação e/ou mitigação para as comunidades indígenas.

Como no trecho norte, as comunidades Guaraní não se posicionaram contra a obra, mas deixaram clara a necessidade de haver ações efetivas para garantir o modo de ser Guaraní⁸. Em 2001 foi apresentado o “Programa Básico Socioambiental: As populações indígenas e a duplicação da BR 101, trecho Palhoça/SC - Osório/RS” (Darella, Galert & Assis, 2001). As medidas propostas também previam a regularização fundiária - buscando não restringir a categoria fundiária seja por reserva ou por terra tradicionalmente ocupada. A orientação deveria ser em conjunto entre as equipes técnicas e as comunidades Guaraní.

Os impactos da BR 101 podem ser considerados como globais e cumulativos, já que ultrapassam o tempo, o espaço e interferem de maneira passada, presente e futura na vida de diversas sociedades. Essas noções de impacto e suas consequências para os Guaraní foram validadas pelas propostas de mitigação e compensação dos estudos de impacto e do plano básico socioambiental. Foram elencadas nove comunidades com medidas de compensação - cinco em Santa Catarina e quatro no Rio Grande do Sul.

O processo de construção das medidas foi baseado na participação das comunidades e sua principal ação é a compra de áreas como compensação para a duplicação da rodovia. Considerou-se a perda do território, mesmo sem haver na região

⁸ O processo de licenciamento do trecho sul envolveu ainda a discussão da melhor forma em se transpor o Morro dos Cavalos- Terra Indígena em identificação. As questões relacionadas ao Morro dos Cavalos formam um indivisível mosaico. A comunidade indígena foi muitas vezes entendida como de importância secundária. A questão de Morro dos Cavalos naquele ano tornou-se uma das polêmicas centrais do projeto, envolvendo vários órgãos governamentais como Ministério dos Transportes, Ministério da Justiça, Convênio DNER/IME, DNER, FUNAI, Ibama, MPF, Advocacia Geral da União, evidenciando “um diálogo de surdos e mudos interinstitucional”, no qual parecia haver falta de entendimento quanto a prazos e tarefas, tempos e responsabilidades de cada órgão. Isso pelo fato de que a junção dos fatores terra indígena – projeto de túnel – unidade de conservação⁶² apresentava caso inédito no país, sem a disponibilidade de legislação complementar, isto é, a regulamentação do § 6º do artigo 231 da Constituição Federal, necessária para a sua aprovação jurídico-legal. Entretanto, também no campo jurídico os posicionamentos (e interpretações) se apresentavam diferenciados, visto que tanto a AGU quanto o Ministério da Justiça emitiram parecer favorável à construção do túnel em terra indígena, alegando tratar-se de subsolo pertencente à União, enquanto a Procuradoria da República/SC defendia a impossibilidade de concretização de projeto em terra indígena, sopesando inclusive o fato do caso passar a servir de antecedente a outros no país (Darella, 2001:198).

todas as áreas Guarani regularizadas (em Santa Catarina apenas a TI Morro dos Cavalos - no início do processo e no Rio Grande do Sul, as TI Barra do Ouro e Varzinha homologadas em 2001).

As áreas adquiridas não poderiam ser consideradas como solução às demandas fundiárias da região. Seu principal objetivo seria uma área “extra” àquelas que deveriam ser regularizadas. As comunidades Guarani “beneficiadas” pelo programa de aquisição de áreas⁹ já haviam sido mapeadas pelos levantamentos feitos pelo CTI e pela UFSC: Cambirela, Morro dos Cavalos, Massiambu, Praia de Fora e Cachoeira dos Inácios.

As áreas adquiridas deveriam ser regularizadas e registradas como reservas indígenas, baseadas na Lei 6.001, de 1973. A consequência imediata da execução dessa medida foi a necessidade de estabelecimento de procedimentos para uma eleição de área como reserva indígena. Em 2007, teve início todo o processo de busca e compra das áreas. Das nove comunidades, sete haviam se manifestado pela aquisição de área.

A primeira reação partiu de segmentos políticos, reforçando um receio já demonstrado em diversas ocasiões pelas lideranças indígenas, indigenistas e órgãos governamentais: a substituição da regularização fundiária como terras tradicionais pelo estabelecimento de reservas indígenas. Na manifestação de segmentos contrários às terras indígenas, a realização de uma espécie de “reforma agrária” para os índios seria a melhor (e mais sensata) decisão a ser tomada.

A execução do programa fundiário está, ainda, em andamento. Das áreas previstas, apenas a TI Morro dos Cavalos não teve sua “área extra” adquirida, por motivos das mais variadas razões: interesse econômico, discriminação, crise conjugal, etc. A previsão para término desse programa é junho de 2008, com atraso de dois anos - por motivos administrativos e políticos internos da FUNAI - e a meta estabelecida é que, até dezembro de 2009, as ações referentes às medidas de compensação para as comunidades indígenas estejam ao menos, iniciadas.

⁹ O Programa de Apoio às Comunidades Indígenas Guarani –PACIG foi instituído através de convênio entre DNIT e FUNAI- para que a FUNAI executasse as ações referentes às medidas de compensação indicadas para as comunidades Guarani. Foram previstos quatro subprogramas: fundiário, sócio-econômico-ambiental, infra-estrutura e de monitoramento. A previsão para o início das ações era o ano de 2003, entretanto só teve início efetivo em 2007.

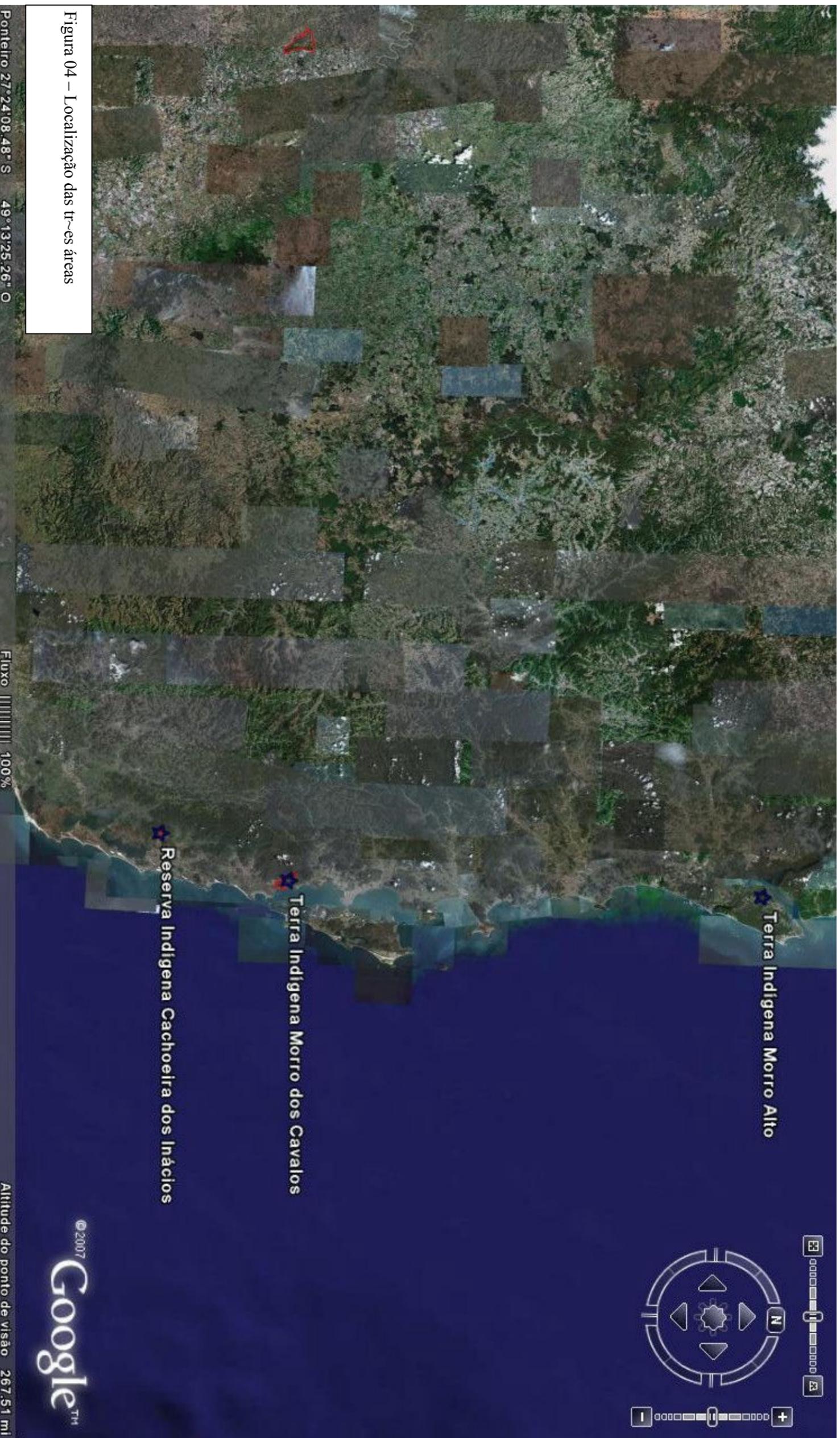


Figura 04 – Localização das três áreas

Ponto: 27°24'08.48" S 49°13'25.26" O Fluxo 100% Altitude do ponto de visão 267.51 m

O tratamento do Estado Brasileiro aos povos indígenas tem sido marcado por intervenções quase unilaterais e impositivas. A definição das terras indígenas, assim como as políticas indigenistas no geral, podem ser consideradas como ambíguas (Ramos, 1998). A definição fundiária pode ser tratada como moeda de troca ou de disputas políticas, como no caso da TIRSS, de garantia identitária - para os Caxixó - ou, ainda, como última alternativa de sobrevivência enquanto grupo como relatado no caso dos Xetá.

No caso dos Guarani, pertencentes a uma sociedade com intervenções estatais seculares, a estratégia fundiária (política) teve que se adaptar às diferentes inserções estatais em seu cotidiano. O crescimento regional, com o “estrangulamento” das áreas propícias ao seu modo de vida e a visão de empecilho ao progresso atribuído à sua sociedade, são alguns problemas que conduzem os Guarani a um “empoderamento” (Darella, 2004) político junto aos órgãos governamentais de apoio aos povos indígenas. Suas estratégias de sobrevivência vão se adaptando, e buscando soluções únicas para problemas únicos.

Na próxima parte serão relatados três casos que envolvem as estratégias dos Guarani frente ao Estado Brasileiro, especificamente em relação às ações fundiárias. Todos os exemplos estão diretamente ligados à duplicação da BR 101, que forçou a necessidade de reflexões mais apuradas sobre o passado e o presente da ocupação Guarani no litoral catarinense, e “também impôs posturas e decisões quanto a esse presente e ao futuro dessa ocupação por parte tanto dos Guarani quanto de segmentos da sociedade envolvente” (Darella, 2004: 207).

Parte 02

Histórias Guarani

A dissertação que apresentamos é baseada em um trabalho realizado desde 2003, junto ao Grupo Técnico para identificação e delimitação das áreas Guarani no litoral norte em Santa Catarina. São igualmente parte do campo etnográfico as atividades desenvolvidas na execução do Programa de Apoio aos Guarani - PACIG, especialmente o subprograma fundiário, cujo grande objetivo é a aquisição de áreas como compensação pelas obras de duplicação da BR 101. Os trabalhos desenvolvidos tiveram início em 2005 e estendem-se até o presente momento.

A pesquisa realizada permite localizar o pesquisador não apenas como pesquisador. Assume-se a identidade de servidora pública - interventora do Estado -, condicionando, assim, a produção de algumas informações colhidas em campo. Essa característica de pesquisa é parte da tradição da etnologia brasileira. Os primeiros antropólogos no Brasil tiveram como preocupação a conciliação dos direitos indígenas com os projetos colonizadores do Estado Brasileiro. Era de suma importância que sua atuação não fosse confundida com as práticas colonialistas e imperialistas que marcaram o início da disciplina da Antropologia. Dessa maneira, para se entender a atuação dos antropólogos na execução de atividades é preciso retomar algumas das características que marcam a chamada “antropologia da ação”.

A função da antropologia da ação seria a descoberta de conhecimento, ao invés de sua aplicação simples, devendo considerar cada caso como particular e único, ao invés de se pensar em ações gerais.

O tipo de inserção marca a pesquisa. Traz alguns problemas, assim como facilidades. Por ser executante de políticas públicas, a antropóloga tem acesso privilegiado a alguns dos Guarani - sobretudo às lideranças. Entretanto, o diálogo com os demais anfitriões pode ser comprometido. Os líderes que participam das organizações indígenas, e aqueles com afinidades com a FUNAI, tiveram espaço privilegiado nas entrevistas. Essa predileção não partiu apenas da antropóloga e do constrangimento de sua situação, mas tratou-se também de uma escolha interna. Além disso, o mesmo compromisso funcional, embora permita diversas inserções no campo, limita o tempo de trabalho de campo, que deve ser dividido com o tempo de execução das ações, sendo que invariavelmente o segundo acaba sendo o privilegiado.

A opção foi desenvolver um projeto analítico, mantendo um compromisso funcional, e assumindo todos os riscos epistemológicos dessa escolha. Siqueira (2008) cita diversos autores e suas interpretações em relação ao tema. Stocking chama esse tipo de interação como “intervenção participante”. Já Turner de “participação observante”. Ou ainda podemos nos remeter ao que Albert (1995) chama de “antropologia implicada”.

#

Os três casos apresentados a seguir buscam retratar as diferentes apreensões pelos Guarani das políticas fundiárias executadas pela FUNAI. Todos os casos referem-se à aldeias localizadas no estado de Santa Catarina, inseridas na área de influência da BR 101. Cada uma alcançou diferentes soluções para sua situação fundiária.

A terra, para os Guarani, é a própria vida, a garantia de que viverão nos moldes de seus valores tradicionais, como a utilização da língua e a vivência da religião. Segundo os próprios, não pode ser trocada, ou substituída por outra porque faz parte de sua experiência histórica e o seu “modo de ser” está nela fundado, pois “terra boa”, para os Guarani, é o resultado da socialização dos espaços geográficos que formam seu território (Tommasino, 2001).

Terra Indígena Morro Alto

A Terra Indígena Morro Alto está localizada no município de São Francisco do Sul, norte de Santa Catarina. Recebeu este nome por estar localizada numa área de morro, bem como grande parte de sua extensão. O núcleo de ocupação na TI Morro Alto se localiza numa única aldeia - Laranjeiras e possui integrantes de diferentes famílias extensas: família de Ronaldo e família de Marcílio. Assim como os demais Guarani, todos se vinculam (ou se vincularam) entre si, seja por relações de consangüinidade, matrimoniais e/ou de afinidade.

A Terra Indígena Morro Alto está inserida na história de vida e de “andanças” da família extensa de Benito Oliveira (a família de Ronaldo esta ligada a Benito Oliveira), um líder religioso de reconhecimento e respeito entre os Guarani (Darella, 1999). Nascido na região das Missões, no Rio Grande do Sul, Benito e sua família passaram por várias localidades, sendo “mapeadas” diversas vezes por antropólogos em seus trabalhos: Ivori Garlet (1997) relatou a presença de Benito em Salto do Jacuí (Rio Grande do Sul) na década de 70, em seu percurso “oeste-leste”, vindo da Argentina; Maria Inês Ladeira, em 1992, registra informações desta família, na região de Planície Alta/Guabiruba em Santa Catarina.

Os depoimentos desse caso foram obtidos durante o trabalho de identificação e delimitação das terras indígenas no litoral norte de Santa Catarina. Foram utilizados também os discursos registrados nos relatórios sobre a BR 101 da região, dentre outros.

Durante o trabalho de campo em 2003, Benito acompanhou algumas entrevistas com as lideranças - que possuem relações parentais com ele - e, ao ser indagado sobre a possibilidade em ser entrevistado, educadamente recusou. Segundo seu intérprete, Benito se mostrou agradecido e feliz pela possibilidade em se ter garantida as terras, mas que não gostaria de ter conflitos com seus vizinhos e por isso se manteria distante de todo o trabalho.

A atitude de Benito diante dos trabalhos de identificação e delimitação de terras indígenas reflete - em suas devidas proporções - parte da ambigüidade dessa ação. Os Guarani consideram toda a região de mato como sendo parte de seus lugares. A demarcação gera confinamento e perda de território.

Não foi possível, portanto, uma conversa sobre os trabalhos realizados anteriormente e documentados nos relatórios de campo e nos trabalhos acadêmicos realizados na região.

Benito também já esteve em Cananéia/SP, retornando à Santa Catarina em 1996, tendo os seguintes locais como paradeiro (Darella, 1999): Corveta 1 e Figueira em 1996, Tapera - 1996/97, Reta e Mbiguaçu em 1997, Tapera, em 1998, Pindoty, 1998, Morro Alto, 1998 e Ilha do Mel, 2003. Todas essas localidades estão no litoral norte de Santa Catarina.

Segundo o próprio Benito, tal andança é justificada pela busca de um lugar melhor para se viver, afastado dos Juruá (*não índios*), onde ele poderá buscar sua “terra sem males”.

Depoimento de Benito - João Mariano (Relatório Dorothea)

Uma historia que tinha já um índio, aí eu cheguei a São Francisco, andando um pouco. Antes de S. Aristides ta ali em Tarumã, o sogro dele que Liberato Oliveira já tinha morado em Tapera onde o Lauro ta hoje, aí a gente vamos construir uma aldeia, aí voltei pra Cananéia e voltei com minha esposa. Aí morei na Reta, parei um pouco, pra fazer artesanato, dali que conheci tal de.....um velhinho, me esqueci, mas foi ele que disse que tinha uma parte ali na Tapera, que ele disse que não ia usar mais porque já tava velhinho, aí falou com Benito, que já tava por aqui, e deu p/ ele a escritura. Aí nos moramos lá, aí Benito chamou a família toda e se mudaram todos p/ lá p/ aquela área, na tapera, ali depois, três anos que tavam morando lá também, depois que o dono do terreno chegou e veio conversar com a gente, que lá não tem água boa, porque a água pega do lixão, que se a gente quisesse mudar de lá, tem que conversar com a FUNAI, que eu só deixo vocês ficarem lá um tempo, depois vocês mudam e me devolvo aí eu chamei um tal de Gilberto que era administrador da FUNAI, em 98, aí nos fomos lá, conversar com prefeito, tava FUNAI, tava eu e Genésio, filho do Marcílio, meu pai também, na secretaria do bem estar social. Tava falando, que ia dar pouco tempo, nós queremos um lugar, mas não por um tempo só, para construir aldeia, aí falou, se acertaram, vou dar essa área pro Guarani, aí, desde então estamos aqui. (Ronaldo - Morro Alto, 2003).

A regularização fundiária da TI Morro Alto teve início a partir dos estudos de impacto ambiental pela duplicação da BR 101, no trecho entre os municípios de Garuva e Palhoça em Santa Catarina. Em 1998, a FUNAI constituiu um Grupo Técnico para eleger uma área que seria comprada como compensação dos impactos da obra na rodovia. Quando da ida desse Grupo Técnico, grande parte da população que hoje se encontra em Morro Alto estava na Tapera, próxima ao lixão de São Francisco do Sul.

Após o fim dos trabalhos do GT, em outubro de 1998, houve uma divisão do grupo Guarani, sendo que parte da população seguiu para uma área pertencente à Rede Ferroviária Federal - RFFSA, seguindo o líder espiritual Benito Oliveira. A outra parte permaneceu em Tapera. Em 1999, ano que o GT retornou à campo para complementação dos trabalhos, a população que não seguiu Benito, ocupava a área de Morro Alto.

Desde então, a área é ocupada permanentemente, por familiares de S. Benito, que mora, hoje em dia, na Ilha do Mel, e utiliza a Terra Indígena Morro Alto como “porto”, já que a única maneira de se chegar ao continente é através de pequenos barcos.

O cacique atual da aldeia Laranjeiras é Ronaldo, marido de Sílvia, que é neta de Benito. Além disso, através de sua história de vida percebe-se que Ronaldo e sua família mantêm relações comunitárias com as outras aldeias do litoral norte de Santa Catarina.



#

O primeiro Grupo Técnico que estudou a área da TI elegeu uma área seguindo o determinado na Lei 6.001/73 - como reserva indígena. Seus limites foram aprovados e sua área publicada no Diário Oficial para sua aquisição de acordo com a Lei 6.001/73. Por reivindicação dos próprios Guarani, o processo de eleição desta terra indígena foi revogado sendo determinados novos estudos na região. A revogação do processo de compra foi um reconhecimento de que a área escolhida pelos Guarani trata-se de uma área de ocupação tradicional, conforme o artigo 231 da Constituição Federal.

Foi a gente que escolheu esse local aqui, porque uma parte tem uma água boa, tem mata, tem muito o que o Guarani utiliza, taquara, pindó. Aí que nós escolhemos um lugar para ficar até conseguir a demarcação. (Ronaldo, 2003)

Em maio de 2003 tiveram início os novos trabalhos de identificação e delimitação da Terra Indígena, dessa vez como terra de uso tradicional. A identificação e delimitação de uma terra indígena é um trabalho ambíguo (Ramos, 1998). Se por um lado protege-se uma área para usufruto exclusivo dos povos indígenas, por outro recortamos um território que outrora foi amplo e não necessitava de marcos limítrofe.

Os trabalhos de campo de 2003 duraram dois meses e foram identificadas quatro terras indígenas, com seis aldeias politicamente independentes e com histórias de vida que ajudam a entender como as políticas fundiárias governamentais são “Mbyáizadas” pelos Guarani.

O principal interlocutor foi o próprio cacique, parindo das histórias de sua família.

“Eu nasci em Santa Catarina, na divisa com a Argentina, eu quando tinha sete anos, eu saí do lugar onde eu nasci, fui para o Rio Grande do Sul, numa aldeia que tem o nome de Cantagalo, e lá eu morei quase dez anos. Foi lá que nós encontramos com Benito. Começamos a andar com minha família, ali (no Rio Grande) conheci Barra do Ouro, lá que tem muito índio, tem Guarani. Aí o Benito conversou com meu pai, explicou que ia

andar que ia atrás de lugar, que cada estado existe lugar que índio já morou. Aí a gente andou com Benito, aí a gente veio de lá, em 88, passamos para Santa Catarina, lá na divisa, perto de Tubarão e vimos andando junto, naquela época eu tinha 11 anos só.

Uma parte a gente anda a pé, vem fazendo artesanato, vendendo, vem andando. Aí chegamos lá em Itajaí, já tinha Guarani morando na beira da BR (101). Benito falava que tava atrás de lugar pra ficar, aí, o Juruá que tava com a gente ficou de ajudar, com pedacinho de terra, lá em Brusque, planície alta, lugarzinho bom.

Ali que Maria Inês (do CTI) chegou lá, em 90, lá que ela conheceu Benito. Ficamos lá por dois anos, mas tivemos que sair. O prefeito ficava de mau humor com a gente, pedia para a gente sair.

Até em Paranaguá (no Paraná), chegamos à Ilha da Cotinga, ficamos um mês ali, aí vimos que tinha Guarani na ilha das peças também. Lá morava o falecido Mario, filho de Benito. Aí ficamos lá naquela ilha, nós ficamos seis meses só, lá não tem boa situação, não tem muitas condições, porque não tem barco. Dali o Benito foi para Cananéia (em São Paulo), depois foram para um lugar chamado de Taquari, na Ilha do Cardoso (São Paulo). Fomos encontrar com ele.

Ali ficamos um ano e pouquinho, mas lá é longe, quando anda a pé, anda dois dias de Taquari, mas a gente andava. As pessoas mais jovens, não gostam assim de lugar muito longe, o Benito gosta de lugar mais longe. Ele conversou com o padre e com o prefeito, aí ele conseguiu um lugar mais perto daquele, Rio Branquinho (São Paulo). O prefeito arranjou um caminhão para levar a gente. Aí eu voltei para Santa Catarina, mas vim sozinho. Encontrei o Aristides, de (Terra Indígena) Tarumã, conversei com ele, ele já morava a 5, 6 anos, isso de 93 pra 94, aí conversamos, perguntamos se ele conhecia algum lugar que

podia construir uma aldeia. Ele disse que aqui em São Francisco tinha um lugar.

Quando eu era pequeno eu já tinha ouvido fala. Antes de vir do Rio Grande do Sul e eu já sabia que tinha um lugar que Guarani pode construir uma aldeia. (Ronaldo, cacique Morro Alto, 2003).

Durante as andanças, a busca por um local adequado para a construção de uma aldeia Guarani apresentou-se de maneiras diferentes. Para os mais velhos, os locais afastados da ocupação não-indígena se mostravam mais apropriados. Já para os mais novos, as cidades se mostram mais interessantes, devido às facilidades de atendimento para a saúde e nas trocas com os *Juruá*.

A ocupação está ligada ao *tekó*, “o ser Guarani”, ou seja, a busca de áreas mais propícias para a manutenção do “ser Mbyá”, onde poderão cultivar seus costumes tradicionais. É o local onde os Mbyá se identificam como Mbyá, por isso não é por acaso vivem preferencialmente ao longo da Mata Atlântica e nas Florestas do Paraguai, da Argentina.

O local escolhido pelas famílias de Ronaldo e Benito como lar é considerado por eles como *Tekohá*, onde as famílias buscam o refúgio para viver de acordo com seus preceitos míticos-sócio-culturais. Embora a ocupação efetiva tenha se dado relativamente recente, temos um exemplo de como as ocupações Mbyá, podem não ser contínuas, mas ainda sim, os lugares fazem parte de um todo - um território único.

A motivação em se reivindicar o reconhecimento do *Tekohá* como terra indígena tradicionalmente ocupada partiu das lideranças mais jovens, como Ronaldo, que participaram do processo de eleição de área. Essas lideranças mais jovens também passaram pelo processo de descentralização do atendimento da saúde da FUNAI para a FUNASA. O atendimento da saúde pela FUNASA inaugurou um novo sistema, criando os agentes de saúde indígenas, contratados pelo Estado e, no caso dos Guarani, envolvendo-os nas discussões políticas do movimento indígena, especialmente a partir dos encontros de agentes de saúde.

O discurso dos informantes ao longo do trabalho em 2003 sempre reafirmava que a terra era tradicional, em contraponto à tentativa de se comprar a área em que estavam. Teoricamente, uma área que pode ser comprada como Reserva Indígena não faz parte e não possui vínculos com as formas de uso tradicional e interna de um grupo

indígena. No caso da TI Morro Alto, os Guarani faziam questão em apontar todas as áreas de uso, remetendo-as às tradições dos Mbyá, com explicações míticas (algumas vezes com menções bibliográficas para a escolha do local da reivindicação fundiária).

“Os Guarani ocupam terras com características ecológicas bem constantes”. São terras mais aptas para seus cultivos de milho, mandioca, batata, feijão e abóboras. Essas terras oferecem um horizonte ecológico muito bem definido cujo limites dificilmente são rompidos. Pode-se falar com muita propriedade de uma “terra Guarani” que raramente, se desmente.

Os Guarani escolheram climas úmidos, com temperatura média entre 18 e 22 graus. Localizaram-se preferencialmente às margens de rios e lagoas, em lugares que não passam dos 400 metros sobre o nível do mar, habitando bosques e selvas típicas da região subtropical.

Se bem que a terra imponha suas condições, é o Guarani que faz a sua terra. A terra Guarani vive com os Guarani que nela vivem. A ecologia Guarani não se restringe à natureza, nem se define por seu valor exclusivamente produtivo. Com uma expressão que lhe é bem característica, o Guarani refere-se ao seu território como Tekohá. Ora, se tekó é o modo de ser, o sistema, a cultura, a lei e os costumes, o Tekohá é o lugar e o meio em que se dão as condições de possibilidades do modo de ser Guarani. O tekohá, com toda sua materialidade terrena, é sobretudo, uma inter-relação de espaços culturais: econômicos, sociais, religiosos e políticos. É o lugar - dizem os Guarani - onde vivemos segundo nossos costumes. A estrutura fundamental do Tekohá e a relação de seus espaços se apresentam deste modo: um monte preservado e pouco perturbado, reservado para a caça, a pesca e a coleta de mel e frutas silvestres; uma faixa de terra especialmente fértil para fazer as roças e os cultivos, e por fim um lugar onde será erguida a grande casa comunal, com seu pátio aberto, ao redor do qual crescem alguns pés de banana, de tártago, de algodão e

de urucu. São estes três espaços: monte, roça e aldeia que servem para avaliar a boa terra Guarani”(Meliá, 1989: 336-337).

A descrição do que seria uma terra adequada aos Guarani feita por Meliá “encaixou-se” na justificativa - presente nos discursos das lideranças - dos limites da TI Morro Alto. Esse encaixe chamou a atenção por ser cada vez mais difícil encontrar áreas com as características descritas nestes trabalhos. A ocupação e colonização da região (por não-índios), cada vez mais dinâmicas, permitem pouco mais que fragmentos ambientais com características adequadas, sejam no sentido ambiental, sejam no sentido cultural.

“Tem o mar, a gente pesca no mar, pesca de rede, tainha, sardinha... de vara, é no rio só, aqui não tem muito rio aqui não, tem um riozinho pequeno, que a gente pesca. A gente caça tatu, cotia, nesse mato também não tem todos os bichos, tem paca, tatu, cotia, gambá. Tem época para caçar, na época o animal selvagem que tem um dia que o bichinho ta se criando, nos não podemos caçar, no caso, se a gente caça se matar esse bichinho, pode matar os filhotinhos, e aí vai se acabando tudo, não tem mais, a destruição do animal. Agora se o bichinho já nasce já não precisa da mãe mais, aí já pode matar, porque aí não acaba. Aqui tem pouco, antes tinha mais, agora ta acabando.”. “Mesmo assim tem pedras grandes dentro da terra, que Guarani respeita o espírito das pedras, também tem como respeitar ele. Espírito da pedra, que traz doença, quando passa perto das pedras tem que pedir p/ pedra que a gente passar bem. Se você passa sem pedir, você sente alguma coisa, uma dor, que só o pajé sabe cura”. (Ronaldo, 2003)

O contraponto em relação às atividades e ocupação não-índia, reforça o estereotipo dos Guarani como os defensores do meio ambiente e deixando claro o sentimento de perda do grande território para os *Juruá*.

“Aqui nessa área, não tem cemitério antigo, essa parte da ilha de São Francisco, é que era, antes da cidade, pode existir um cemitério indígena, mas construíram a cidade em cima, então não dá p/ saber se tem ou não cemitério indígena”. (Ronaldo, 2003)

A condição e necessidade em se demarcar a terra - reconhecida como tradicional - também estão presentes nos relatos contidos no trabalho de Darella (2004), obtidos durante os trabalhos de identificação e delimitação de 2003. A partir e com interferência dos trabalhos da FUNAI, Darella (2004) buscou compreender as definições territoriais feitas pelos Guarani, igualmente a partir das ações relacionadas à duplicação da BR 101.

“Segundo Adriano Morínico, em 2003:” Benito [avô materno] não quer se envolver muito”. Não quer viajar lutando pela terra, porque o branco já sabe que tem o índio e que tem o direito da terra. Se o branco soubesse bem, por que já não dá a terra para os índios? O branco não quer reconhecer.”

Na TI Morro Alto, a solução encontrada por seus habitantes foi a reivindicação pelo reconhecimento da área como sendo tradicional, pois dessa maneira, além de se fazer justiça, garantiria a segurança da comunidade. A transcendência da condição humana (Guimarães, 2001) e a busca pela Terra sem Males só pode ser alcançada com a execução de seus rituais que, por sua vez, só podem ser plenos sem as inseguranças a que estão submetidos atualmente.

A aquisição da área não traria a tranquilidade necessária, tendo-se em vista que os comentários da região, tentando reforçar a não existência dos Guarani, estariam sempre ligados a uma “boa-ação” dos habitantes do Município de São Francisco do Sul para os índios

Durante a elaboração dos relatórios de identificação, a FUNAI foi procurada por diversas vezes por representantes municipais. O objetivo principal das conversas era a possibilidade de se retirar os índios do Morro Alto para que não “atrapalhassem” os projetos previstos na região. Um dos argumentos utilizados era de que no município não

existiam mais indígenas e que a família de Benito só estavam por ali devido à bondade da Igreja e dos munícipes, preocupados com a pobreza dos índios.

“Entendemos que essa terra daqui é nossa, é tradicional. Há um ano mais ou menos, vieram aqui e disseram que se não fosse comprada essa área, não teríamos nada, porque a identificação demora muito. Nosso povo já está aqui esperando a mais de 500 anos para poder viver tranquilo. A gente pode esperar mais 500 anos. Mas essa terra é nossa e tem que ser identificada. É terra Guarani, é terra tradicional” (Ronaldo, 2003).



Foto 01 - Reunião do Grupo Técnico de Identificação e Delimitação. Terra Indígena Morro Alto, 2003.

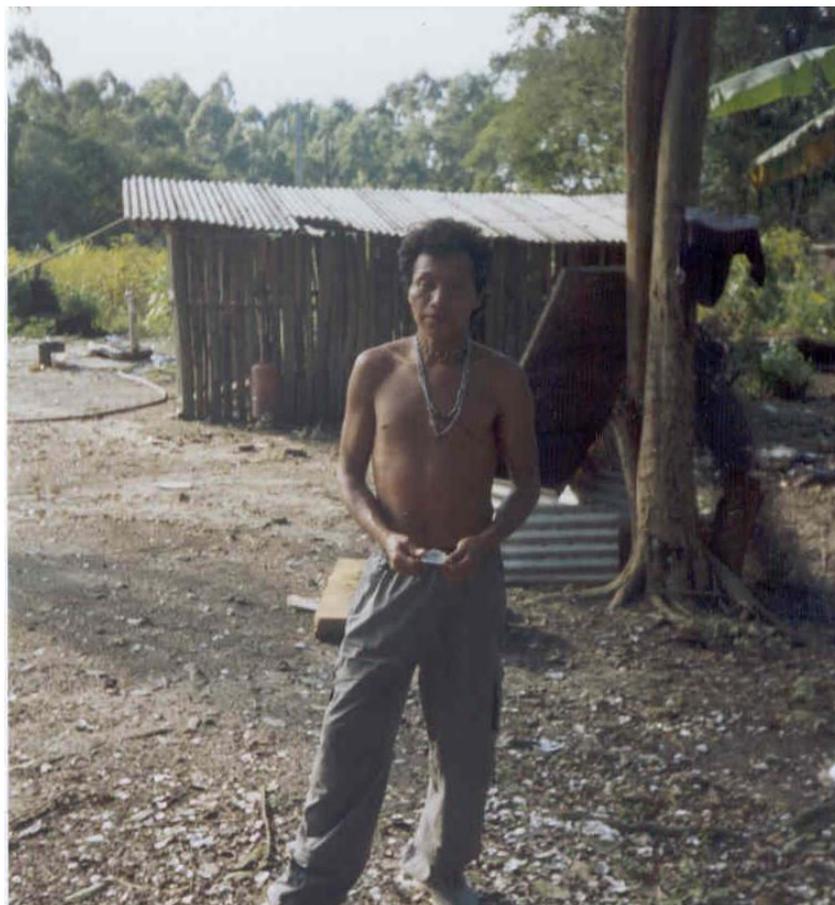


Foto 02 - Cacique da Terra Indígena Morro Alto durante os trabalhos de identificação e delimitação, 2003



Foto 03 - Reunião do Grupo Técnico de Identificação e Delimitação, 2005.



Foto 04 - Reunião de apresentação dos Limites da Identificação da Terra Indígena Morro Alto, 2006.

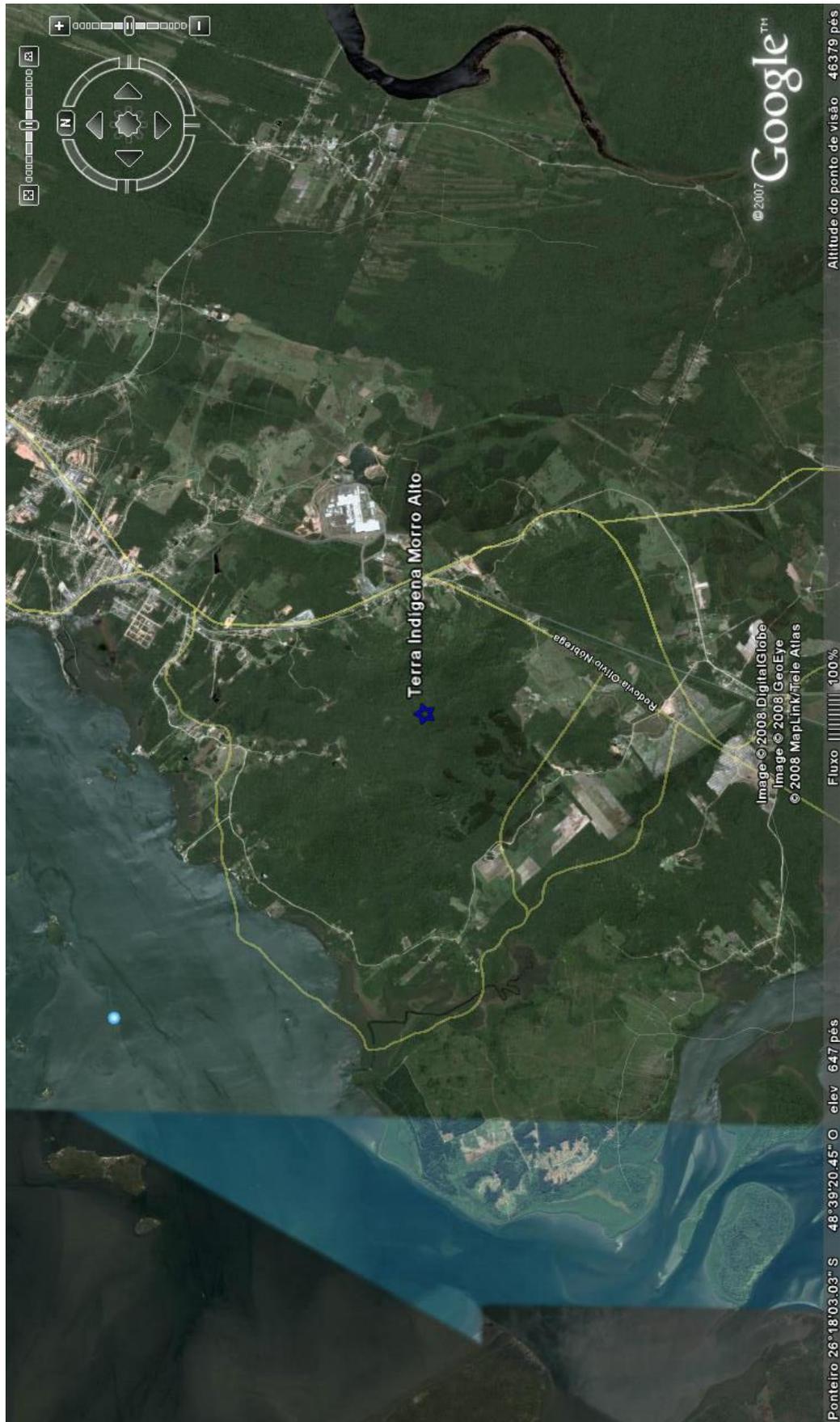


Figura 06- Localização TI Morro Alto, 2007.

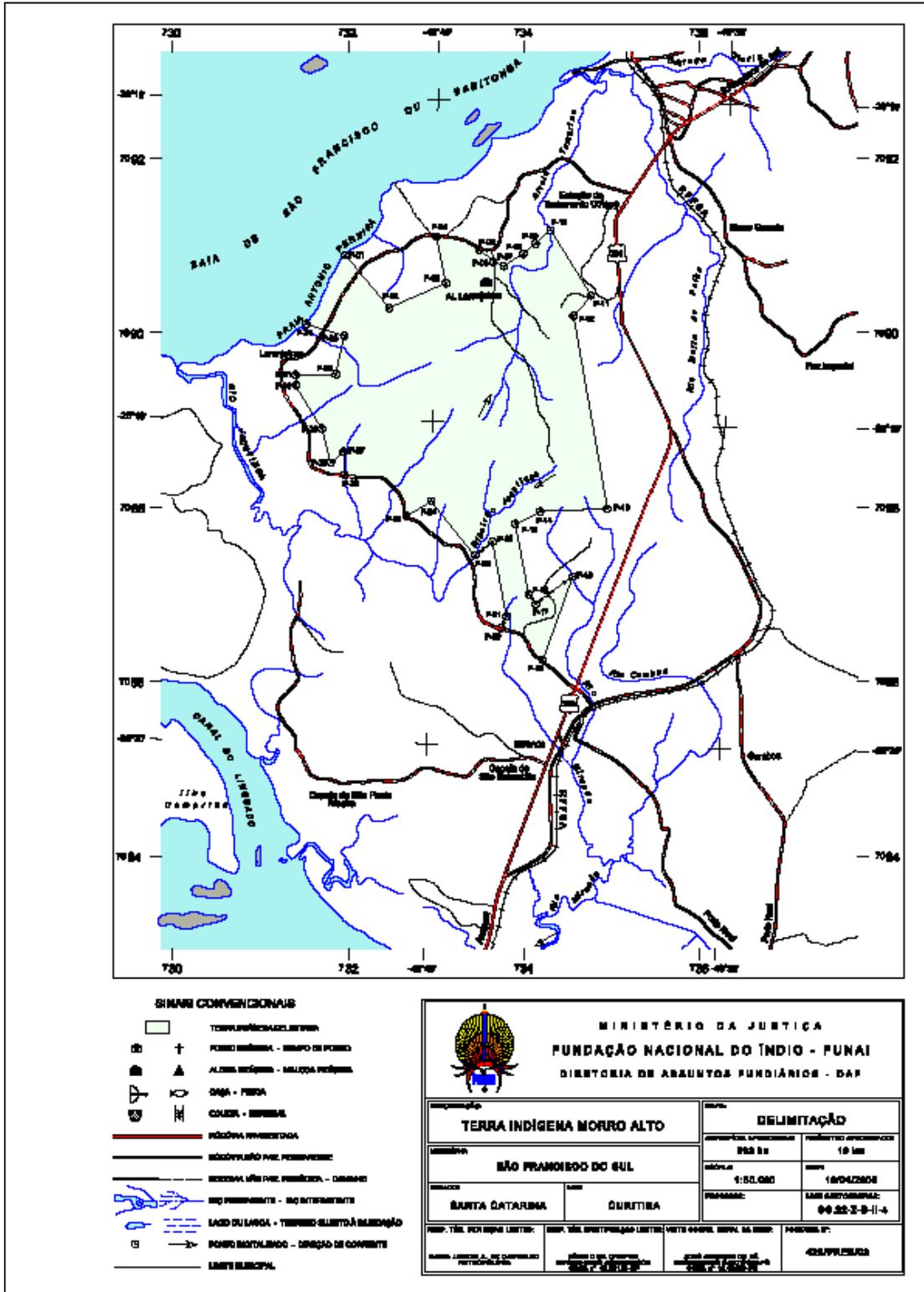


Figura 07 - Mapa de delimitação da Terra Indígena Morro Alto, FUNAI, 2008.

Terra Indígena Morro dos Cavalos

O segundo caso aqui apresentado é, também, um caso simbólico para a questão indígena no estado de Santa Catarina. A Terra Indígena Morro dos Cavalos teve seus limites identificados - como terra tradicional - por duas vezes em menos de dez anos. A primeira delimitação ocorreu em 1995 e identificou uma área de 121 hectares. Há registros da aldeia Morro dos Cavalos desde a década de 60, sendo que ações com objetivo de garantia territorial só foram executadas trinta anos depois.

A área da TI Morro dos Cavalos, carente de reconhecimento, faz parte do Parque Estadual Serra do Tabuleiro e é cortada pela rodovia BR 101. Por esses fatores, a comunidade indígena só tem acesso para uso de 16 hectares, encravados num morro.

Em 1997, com o início dos estudos para avaliação dos impactos pela duplicação da BR 101 no trecho sul, surgiu uma discussão sobre a travessia do morro: como deveria ser feita a duplicação da rodovia naquela área? O extinto DNER apresentou proposta da duplicação a ser feita por túnel, atravessando o morro onde está localizada a única aldeia da TI. A contraproposta dos Guarani foi a construção de dois túneis com a desativação do leito atual da rodovia.

A discussão sobre a legalidade da proposta de túnel ou túneis coincidiu com a ida a campo do segundo Grupo Técnico designado a identificar e delimitar a área da TI Morro dos Cavalos. Como não havia consenso sobre o projeto de duplicação, foi apresentado um terceiro, de duplicação por viaduto, que tomava por base a primeira identificação e propunha a construção de viadutos fora dos limites propostos.

O trabalho de 2001 - a segunda identificação - propôs uma área de 1.988 hectares. Com essa delimitação, qualquer das propostas da duplicação da rodovia incidiria dentro da TI Morro dos Cavalos. Darella (2004) expõe a preocupação dos Guarani à época, diante da duplicação e da indefinição fundiária da região:

Que o Guarani do Morro dos Cavalos não é o problema, o empecilho para a duplicação, mas sim a duplicação para a sobrevivência dos Guaranis, porque traz riscos e isso vai se tornar permanente para a sobrevivência futura dos Guaranis aqui. Então, é preciso que se demarquem as terras, que se

garanta a terra primeiro para depois, então, fazer o empreendimento que for preciso. Nós não somos contra a duplicação, mas queremos que seja respeitado o direito do Guarani. (Maurício Gonçalves retirado de Darella (2004: 270)

Concomitante a discussão sobre o Morro dos Cavalos, estava sendo concebido o Programa de Apoio as Comunidades Guarani - PACIG. Tratam-se de ações voltadas aos Guarani, discutidas com as comunidades, para compensar¹⁰ os danos trazidos pela duplicação da BR 101. O estudo de impacto (2001) apontou que a regularização fundiária seria uma das ações importantes e estruturantes para proteção das comunidades indígenas.

No PACIG, a regularização fundiária foi traduzida como aquisição de áreas como compensação. As áreas adquiridas não poderiam ser sobrepostas às áreas já reivindicadas como terras indígenas. Outra restrição seria não adquirir nenhuma área continua àquelas já regularizadas como terras tradicionais.

O projeto de travessia do Morro dos Cavalos não permitiu qualquer obra na região da terra indígena até que fosse resolvido qual seria a alternativa mais viável (economicamente e ambientalmente). Embora não houvesse qualquer obra na região, as ações de compensação na TI Morro dos Cavalos foram iniciadas.

O PACIG teve início em 2006, com reuniões de apresentação da equipe que iria executar as ações e identificação dos interlocutores na comunidade. A primeira ação foi a aquisição de áreas - consideradas como ação estruturante do Programa. Foram também previstas ações de etnodesenvolvimento e infra-estrutura.

Em 2007, a TI Morro dos Cavalos teve seu processo de identificação (terra tradicional) paralisada e devolvida a FUNAI para explicações. Assim como outras áreas no estado de Santa Catarina, a TI Morro dos Cavalos foi alvo de pressão política por parte do governo estadual - contrário as demarcações de terras indígenas. Essa pressão (em troca de apoio político) paralisou o reconhecimento da TI, acirrando alguns dos conflitos já existentes.

A participação da comunidade no processo de aquisição, assim como de identificação, é fundamental. Na TI Morro dos Cavalos, o cacique, Artur, se

¹⁰ A Resolução 237/97 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA regulamenta

responsabilizou, em conjunto com outra liderança, da participação e responsabilidade de escolher a área que deve ser comprada.

Para se adquirir uma área através de compra, é necessário cumprir alguns critérios determinantes: a área deve ser escolhida pela comunidade, sua documentação deve estar correta, com os limites bem definidos, a proposta de venda deve estar em consonância com a avaliação, a área deve oferecer condições para que a comunidade possa viver de acordo com suas regras e suas atividades econômicas, e a área não pode ser reivindicação fundiária ou ser uma terra de uso tradicional.

Desde 2007, foram vistoriadas mais de 50 áreas passíveis de serem adquiridas no litoral de Santa Catarina. Para a TI Morro dos Cavalos, mais de 10 propriedades. As áreas vistoriadas tiveram seu processo interrompido por fatores diversos: a primeira propriedade escolhida pela comunidade não pode ser comprada porque o casal proprietário divorciou-se durante o processo. O marido continuava na intenção de vender, a esposa desistiu.

“Pois é, essa não deu certo, o marido ainda queria vender, mas a mulher não, e não pode ser só um querendo, tem que ser os dois. Para não dar mais confusão, eu falei que não queria mais essa terra, vamos procurar mais” (Artur, 2007 de avaliação do PACIG).

Outras propriedades foram vistoriadas, analisadas e acabaram apresentando algum problema, seja documental, seja prático, ou ainda de intolerância. Esse foi o caso da terra que seria comprada no município de Gaspar, próximo à Blumenau.

O cacique da TI Morro dos Cavalos, em conjunto com a FUNAI, iniciou as vistorias na propriedade no município de Gaspar. Foram realizados todos os levantamentos cartorários, cartográficos e a avaliação da terra (o objetivo é manter os preços compatíveis com o mercado, para que não haja inflação e especulação imobiliária sobre os índios).

Foram realizadas diversas visitas da comunidade à região e à propriedade. As visitas foram necessárias para que a comunidade iniciasse o processo de “incorporação” da nova área.

“Estamos pensando como vai ser ocupada essa área. Eu vou vir para cá, minha família vem. Lá no Morro (dos Cavalos) já teve muito problema. Estou ficando velhinho, quero um lugarzinho calmo para poder descansar” (Artur, Morro dos Cavalos, 2007).

A TI Morro dos Cavalos e seus habitantes, em 2006, criaram uma campanha pela declaração da terra identificada como sendo tradicionalmente ocupada pelos índios. A resistência do governo estadual nos processos de identificação - não apenas no litoral, mas em todo o estado - pressionou o governo federal a ponto de se revogar portarias declaratórias e postergar a declaração das demais áreas no oeste catarinense.

A área escolhida no município de Gaspar mudaria parte das relações de troca entre os Guarani e a população local. Na TI Morro dos Cavalos a referência comercial e de serviços é a cidade de Florianópolis. Parte da comunidade que se mudaria para Gaspar levaria as redes de contato para aquele município (assentamentos rurais).

O estabelecimento de reservas indígenas, no PACIG, segue rituais de, no mínimo, quatro meses. Todo o ritual administrativo é marcado por diversas fases: identificação e delimitação, declaração, demarcação e homologação. Pela legislação, uma terra é reconhecidamente indígena para o Estado Brasileiro quando da sua declaração pelo ministro da Justiça, sendo que este processo pode durar anos. No caso da TI Morro dos Cavalos a indefinição fundiária trouxe ainda a impossibilidade de usufruto da área identificada.

A rapidez da definição fundiária, através do estabelecimento das reservas indígenas, bem como a determinação de sua execução, forçou uma reflexão dos Guarani em relação as possibilidades e oportunidades surgidas para a definição fundiária. Darella (2004) reproduz a fala de Leonardo, uma das lideranças da TI Morro dos Cavalos, em 2001:

“Se o governo quer comprar uma terra também ninguém pode dizer não, eu também não posso dizer não. Eu posso até agradecer porque o meu povo está ganhando mais terra, mas o que não pode acontecer e virar uma política. (...) Porque assim o direito do índio cada vez mais vai ficando mais fraco, vai saindo aos poucos e daqui uns dias a própria Constituição pode

ser revogada, porque ai não esta valendo mais.” (Leonardo, 2001).

Em 2007, durante as reuniões relativas às ações do convênio, cinco anos após o reconhecimento pela FUNAI da área da TI Morro dos Cavalos, ainda sem perspectiva de declaração da área, a manifestação do cacique da TI Morro Alto reflete parte do sentimento da comunidade:

“A gente tem pensado, tem conversado. Já perguntamos se podia comprar a área do lado da área do parque (área delimitada), mas entendemos porque não pode. Temos esperado, mas estou esperançoso. Essa área lá em Gaspar e uma área boa. Já ate me mudei para esperar a mudança. Minha casa era lá em cima (do Morro), agora e essa casinha aqui. Mas sei que a área aqui e importante, tem mato, tem muita coisa boa. E a área de Gaspar e a mais. Vai ser bom.” (Artur, 2007).

A área de Gaspar passou por todos os levantamentos necessários para sua aquisição, a comunidade formalizou seu desejo pela área e o processo foi avaliado e aprovado pelo FUNAI. Em setembro de 2007, com toda comunidade mobilizada para a aquisição e a mudança de algumas famílias, e publicado no Diário Oficial do Estado que a área a ser adquirida foi desapropriada para o município transformá-la em horto florestal. Este fato evidencia, além de todo o preconceito para com os povos indígenas, a disputa entre diversos setores e “pastas” governamentais: a indígena e a ambiental.

A imprensa local, desde o fim dos levantamentos da FUNAI e da visita da comunidade, veiculou notícias contrárias à mudança dos Guarani na região. Foram divulgados depoimentos racistas contra o Guarani, informando que a região de Gaspar era “para aqueles que querem trabalhar”, ou ainda que a cidade não é contra os Guarani, mas eles que fiquem longe.

Em 12 de setembro de 2007, o Jornal, “Diário Catarinense” publicou a seguinte matéria (retirada da versão *online* do jornal):

12/09/2007 - Jornal de Santa Catarina (Blumenau)

Instituição quer levar famílias de índios para terreno onde o poder público planeja um horto florestal

GIOVANNI RAMOS

GASPAR - Um terreno de um quilômetro quadrado na área rural do município virou objeto de impasse entre a prefeitura e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). O local situado na localidade Santo Agostinho, também conhecida como Macucos, próximo ao limite com Ilhota, está sendo vendido para ser transformado em uma reserva indígena. O município, no entanto, tem planos de transformar o terreno em um horto florestal.

A disputa pelo local se agravou segunda-feira da semana passada, quando a FUNAI notificou a prefeitura da compra do lote. No dia seguinte, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, em reunião, decidiu transformar a área em utilidade pública, e a medida foi decretada pelo prefeito Adilson Schmitt.

O administrador regional da FUNAI, Glênio da Costa Alvarez Ferreira, explicou que a compra do terreno já está nos trâmites finais e os proprietários já decidiram pela venda. A intenção da FUNAI é transformar o local em uma reserva para 10 famílias indígenas da tribo Guarani, que serão deslocadas da reserva do Morro dos Cavalos, em Palhoça.

Segundo Ferreira, a duplicação da BR-101 resultou em impactos ambientais indiretos para a reserva de Palhoça. Por isto, quatro terrenos foram comprados para abrigar algumas famílias: dois em Biguaçu, um em Canelinha e um em Gaspar. Já a presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Gaspar, Sheila Censi Braun, contou que o Plano Diretor Municipal, aprovado em 2006 definiu o local de interesse da FUNAI como

Área de Ocupação Controlada (AOC) e, portanto, deve ser preservada pelos proprietários.

O procurador Geral de Gaspar, Aurélio Marcos de Souza, confirma que o município irá a Justiça para garantir os projetos do Plano Diretor, mesma posição defendida pelo administrador da FUNAI.

Proprietário de área está irritado com indefinição

O terreno de um quilômetro quadrado está registrado em nome de Sítio Canto Feliz Ltda. O proprietário, Vlademir José Mannes, está irritado com a decisão da prefeitura de decretar utilidade pública ao local. Segundo ele, as negociações com a FUNAI começaram no início do ano e a ação do município ocorreu quando a transferência da propriedade já estava no cartório.

- “Nós estamos vendendo para a FUNAI colocar 10 famílias de índios Guarani. Sou a favor a implantação da reserva. Qual o problema de eles morarem em Gaspar? Querem discriminá-los?”
- indaga.

O que dizem os vizinhos do terreno

"Aqui é um lugar de família e a gente não sabe como vão agir. É uma situação complicada"

Maria Otília Gomes, 61 anos, dona-de-casa

“Na verdade a gente queria saber quem são os índios. Mas acredito que eles não vão incomodar”

Evanilde Camargo, 67 anos, aposentada

“Eu não quero, porque ninguém aqui está acostumado. Ninguém conhece os costumes deles”

Osmar José Ferreira, 47 anos, pedreiro

“Acho que é pouca terra para as 10 famílias de índios que vão vir. Deviam procurar um lugar maior”

Fidélis Luis Schrann, 48 anos, autônomo

“Eles trabalham com artesanato e aqui não há ponto de venda para eles”

Max Leandro Lana, 22 anos, comerciante

O terreno

- Área: um quilômetro quadrado, equivalente a 121 campos de futebol, na localidade de Macucos, em Gaspar.

- Segundo estudos do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, a área possui grandes elevações, presença forte de recursos hídricos e altos índices de erosão no solo.

- 20% da área não pode ser explorada sem autorização do IBAMA.

A notícia foi recebida com decepção pelos servidores da FUNAI responsáveis pela aquisição. A notícia na comunidade indígena foi recebida com tristeza e silêncio. A primeira resposta à desapropriação foi uma ação na justiça questionando todo o processo do município de Gaspar.

Na TI Morro dos Cavalos, os Guarani, ainda aguardando a declaração da área delimitada, manifestaram-se verbalmente sobre a questão algumas semanas depois:

“Foi muito ruim. Os brancos já têm tudo, já pegaram tudo. Agora falaram que os Guarani não trabalham. Não querem a gente lá. Eu e que não quero mais ir lá. Por que ir para um lugar que não querem a gente? já não deu certo a primeira terra, não deu certo a segunda, agora não deu certo essa. Difícil.” (Artur, novembro 2007)

Os Guarani se reuniram, através da Comissão de Terras Nhemongueta - organização indígena Guarani constituída para acompanhar as questões fundiárias em Santa Catarina - e solicitaram a FUNAI que suspendesse a ação judicial contra a prefeitura de Gaspar. O argumento utilizado pelos Guarani foi que uma terra que já tem conflito assim, sem ter a ocupação dos índios, não vale a pena porque ela “começa” errada.

A Comissão Nhemonguetá e as lideranças da TI Morro dos Cavalos tem reforçado a diferença entre as terras: embora não tenha se concretizado a compra da área, a importância no reconhecimento da área identificada e reforçada em todos os discursos. A área “extra” se torna urgente à medida que a declaração da área identificada não ocorre. Busca-se segurança para as famílias da TI.

No início de 2008, a comunidade, em conjunto com a Comissão de Terras, solicita a FUNAI o reinício das buscas pela terra da TI Morro dos Cavalos. Foram apresentadas algumas áreas pela comunidade e outras pela FUNAI. As áreas vão ser vistoriadas pela comunidade para que se escolha mais uma área passível de ser adquirida.



Foto 05 - Reunião de apresentação do Grupo de Trabalho - PACIG, 2006.



Foto 06 - Reunião de apresentação do Grupo de Trabalho - PACIG, 2006.

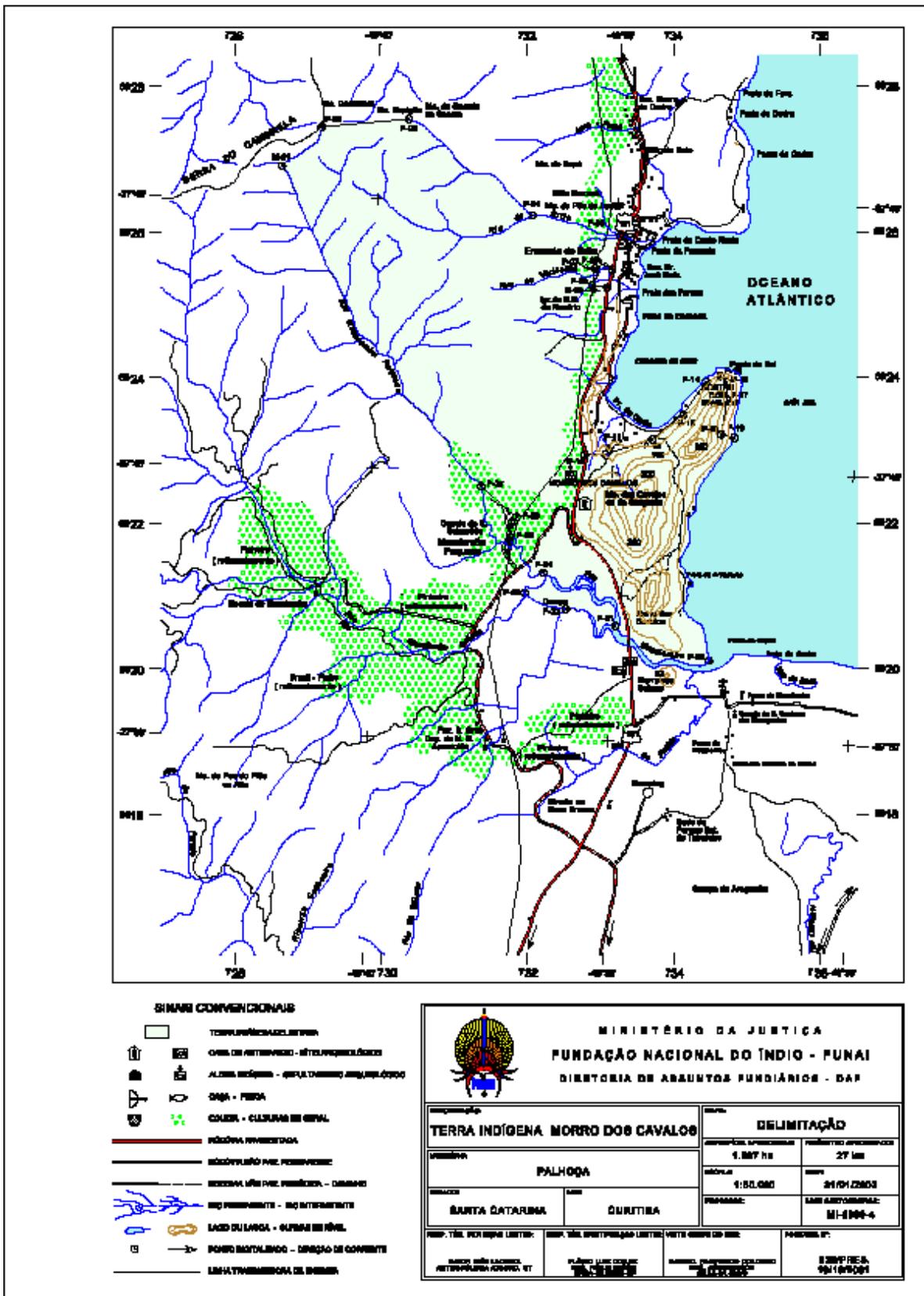


Figura 08 - Mapa de delimitação da Terra Indígena Morro dos Cavalos, FUNAI, 2003.

Reserva Indígena Cachoeira dos Inácios (Tekoá Marangatu)

A RI Cachoeira dos Inácios foi adquirida com 70 hectares e batizada assim pela passagem de rio com o mesmo nome na terra. Está localizada próximo ao Parque Estadual Serra do Tabuleiro, no município de Imaruí. Sua ocupação foi definida de acordo com a organização interna dos Guarani e tornou-se insuficiente para as demandas das famílias que lá chegavam, motivadas pela segurança e garantia de terra. Com exceção de Mbiguaçu, as terras Guarani ainda estavam em regularização. Essa insuficiência motivou a solicitação de revisão da área - seguindo os procedimentos de identificação e delimitação das terras tradicionais.

A história da Reserva Indígena Cachoeira dos Inácios - autodenominada pelos Guarani como Tekoa Marangatu - sempre esteve ligada à medidas de compensação de empreendimentos. Sua regularização foi possível através da compensação aos Guarani pela passagem do Gasoduto Bolívia - Brasil.

O Gasoduto Bolívia - Brasil é um projeto de desenvolvimento do “Eixo Bolívia - Brasil” do Mercosul, com cerca de 3.150 km de extensão, da Bolívia ao Rio Grande do Sul. Sua canalização percorre, longitudinalmente, o litoral catarinense de Garuva a Timbé do Sul. As aldeias catarinenses não foram consideradas em estudo específico para determinar os possíveis impactos do gasoduto na região. Ainda assim, o empreendedor fixou o valor de cerca de R\$ 120.000,00, que deveria ser repartido entre as aldeias de Mbiguaçu (próxima a Florianópolis), Morro dos Cavalos e Massiambu (próxima à Morro dos Cavalos).

Em reunião para definição de como seria utilizado o recurso destinado à comunidades indígenas dessas três aldeias, os Guarani reivindicaram como medida a aquisição de áreas. A definição para a aquisição da área no litoral sul foi contemporânea do Grupo Técnico para eleição das áreas no litoral norte.

No caso de Cachoeira dos Inácios, foi criado um Grupo de Trabalho para a identificação da área a ser adquirida, coordenado por Aldo Littaif, da Universidade Federal de Santa Catarina. Segundo Darella (2004):

“A escolha deu-se fundamentalmente em função dos critérios apontados por lideranças Mbyá de Massiambu e Morro dos Cavalos, que acompanharam os trabalhos de campo da equipe, bem como preço/ recurso disponível, disponibilidade de terras,

legalidade dos documentos dos proprietários” (Darella, Garlet & Assis, 2000:113).

A partir da definição das ações de compensação pela duplicação da BR 101, trecho entre Palhoça (Santa Catarina) e Osório (Rio Grande do Sul), foi prevista a aquisição de uma área para a comunidade de Cachoeira dos Inácios. Foi a partir de 2006 que iniciaram as buscas pela nova área do Tekoa Marangatu.

A ocupação da Reserva Indígena está diretamente ligada às histórias de vida de Timóteo, conforme entrevista dada a Maria Helena Amorim (2007):

*“Primeiramente nós moramos lá no Rio Grande do Sul, em Cantagalo. Primeiramente nós lutemos lá em 45 hectares. Aí nós estamos lá, meu avô, meus avós também estavam lá, estava uns 18 lá naquele tempo. Aí Velhinho, ele morreu, mas antes de morrer ele falou para nós: **mas eu vou morrer aqui, eu vou ficar aqui, mas vocês não vão ficar aqui, vocês vai por Santa Catarina procurar algum lugarzinho para fazer aldeia.** Ele falou isso, aí nós saímos de lá e viemos e chegemos lá em Palhoça, ficamos ali na Terraplaca, perto de Catarinão ali. Ali nós seguimos lá, ficamos 3 anos ali na estrada. Aí que vieram pessoal de Universidade, o Aldo, a Dorothea.*

***Conhecemos a FUNAI que foram ali e botaram placa, tudo, aí nós moramos ali. Depois de quatro anos que nós moremos lá, chegaram pessoal do Rio Grande do Sul, Dorothea também veio fazer projeto, fazer levantamento, que é preciso, diz que ia passar gasoduto.** Maioria nós falemos, nós Guarani falemos que sofremos sem terra, nós não temos nada, que nós queremos a terra e aí que fizeram tudo isso aí **(compra da TI Cachoeira dos Inácios).** Mas não era para comprar terra, mas nós é que **pedimos aqui.** Aí pessoal do Gasoduto Brasil/Bolívia disse que é bom que Guarani pense assim. Nós vamos pelo menos comprar alguns hectares, porque aqui não dá nada para plantar, não dá nada para fazer. Então vamos pelo menos encontrar lugar maior, pelo menos poderia ficar famílias deles*

dentro daquele que vamos comprar. Foi daí que nós já começamos trabalhar sobre o gasoduto, deu muito trabalho também.

Para nós foi muito boa mesmo. Eu acho muito boa, porque esse trabalho, muitas pessoas e até mesmo muito Guarani foi contra, mas para mim é muito importante, por que muito legal mesmo.

Porque nós ficamos em tranqüilidade com os vizinhos todos. Acredita, nós dava bem com eles, não tinha nenhum problema.

Tivesse não ia entrando na fazenda, na área particular. (Timóteo, relatório de eleição de terra para a comunidade de Cachoeira dos Inácios).

Augusto da Silva era o primeiro cacique da Reserva Indígena de Cachoeira dos Inácios, sendo sucedido por Timóteo. Assim como Timóteo, o Tekohá Marangatu está diretamente relacionado à história de vida de Augusto da Silva.

Morei pouco tempo lá em Porto Alegre, já lá em Cantagalo. Fiquei morando lá por uns seis anos e vim direto de cacique porque já fazia quatro anos que eu estava de cacique em Cantagalo. E depois tinha uns que cuidavam dos índios lá, um era o Ivori Garlet e o outro (Inácio Kunkel) que eram do Projeto Mbyá-Guarani. Daí me disseram que tinha terra para os índios aqui nessa região. Então eu pensando que era verdade, e era uma história só, era uma conversa só. Porque disseram que a Serra do Tabuleiro era para os índios. Era história só, e como a terra que nós tínhamos lá em Cantagalo era bem pouquinho, eram 43 hectares e eram muito mais índios de que aqui em Marangatu. Então nós nos dividimos e eu vim com um tanto de pessoal e já cacique desde lá. Daí entramos lá no Parque e não deixaram nós ficar e daí nós ficar lá na BR 282, na Palhoça. Fiquei por aí sempre, a gente ficou por aí quando mais tarde a gente arrumou um pedacinho lá no Massiambu que era a terra do traficante, então esse deu para nós, mas era pouquinho também. E de lá viemos para cá através

do gasoduto que nós ganhamos um pouco de dinheiro que era 40 mil para cada aldeia, Massiambu, Biguaçu e Morro dos Cavalos. Então me ajudaram esse pessoal para nós comprar essa terra aqui, porque nós temos 78 hectares aqui e o dono da terra queria 150 mil. Mas não deu para arrumar tudo isso aí, eu disse que só conseguia 100 mil, e que não era de FUNAI era lá de fora, de Bolívia, e era só aquele dinheiro e nada mais. Então aí ele me vendeu por 100 mil. Daí comprei e fiquei até agora aqui. Mas depois quando estava meio cansado já e não podia viajar muito mais e daí entreguei para o Timóteo (função de cacique).

A primeira reunião do PACIG com a comunidade indígena ocorreu em 2006, com a apresentação da equipe e definição dos interlocutores indígenas na execução do convênio. O principal anfitrião do trabalho foi o então cacique à época, Timóteo de Oliveira. Sua história está relacionada com as demais áreas de Santa Catarina, especialmente com Cachoeira dos Inácios e Morro dos Cavalos, onde morou até 1999.

“Estávamos esperando as coisas acontecerem. Temos já uma terra aqui, mas ela não dá para todo mundo. A gente recebe visita, tem parente nosso que gostaria de vir para cá, mas não pode porque está tudo pequenininho. Para a área que a gente vai comprar eu já tenho uma idéia: tem um mato aqui do lado que ficou de fora da demarcação. Nossa intenção é comprar para aumentar a área, poder usar o mato, construir mais casas e ficar todo mundo feliz e tranqüilo” (Timóteo, reunião de apresentação do PACIG, 2006).

Partindo das prerrogativas legais e da política fundiária, a RI Cachoeira dos Inácios é a única que poderia ter uma nova área comprada de forma contígua à antiga. Teoricamente é possível, por se tratar também de uma área reservada - adquirida.

A busca por áreas para a comunidade do Tekoa Marangatu teve início ao redor da reserva delimitada. Foram identificadas possíveis propriedades que estivessem à venda e que atenderiam as necessidades dos Guarani. A propriedade pensada a princípio por Timóteo não pode ser comprada, por não estar à venda. Outras áreas verificadas ou não apresentavam as documentações necessárias ou o preço solicitado estava fora do padrão de mercado.

A escolha da área é precedida de reuniões entre a comunidade, para que sejam apontados lugares possíveis para a busca de propriedades. A partir dessas orientações, as buscas se estenderam mais para o norte, próximo à Terra Indígena Mbiguaçu, no município de Biguaçu. Uma das principais características - determinantes em alguns casos - trata da cobertura e potencialidade ambiental das propriedades. Imóveis com grandes áreas de mata eram os mais valorizados pelos Guarani - inversamente valorados para a comunidade dos Juruá, cuja lógica econômica tende a desvalorizar áreas “improdutivas”, como as matas.

Após diversas visitas das lideranças e da comunidade, a área escolhida chama-se “Morro da Palha”, com cerca de 200 hectares. Após a aquisição da área, a comunidade de Cachoeira dos Inácios se viu num problema político: como ocupar a nova área? Nas entrevistas realizadas para a aquisição da área do Morro da Palha, por Amorim (2007), são evidenciadas as discussões sobre a ocupação das duas áreas:

“Por enquanto estamos muito bem tranquilos, todo mundo achou bom esse lugarzinho aqui. Para pegar ônibus e tudo é pertinho, não tem morro para subir para ir para a aldeia. Então acharam tão bonito o lugar, mesmo por causa das cachoeiras também” (fala de Augusto da Silva).

Por outro lado, a família de Timóteo - principal família que escolheu o Morro da Palha -, que embora seja cacique da RI Cachoeira dos Inácios, buscou áreas mais isoladas para viverem. Locais isolados fazem parte da dinâmica territorial dos Guarani, no intento da sua “invisibilidade” e da tranquilidade necessária para não serem “atrapalhados” pelos Juruá.

“Para mim o mais importante é ser afastado. Esse o mais importante... “Ali na fazenda da Palha ninguém vai chegar e

entrar, só Guarani que vai visitar”. Ali é que é lugar de preservar para nós. Para preservar sempre, porque ali não vai mais fazer casa para baixo, não tem lugar para fazer para branco morar ali perto”. (Timóteo - Relato dado à Maria Helena, 2007)

A compra da área do Morro da Palha foi concretizada em abril de 2007 e sua ocupação concretizou a divisão da comunidade. Cacique da RI Cachoeira dos Inácios, Timóteo e sua família ocuparam a nova área, sendo que o cacicado na área antiga voltou a ser exercida pelo antigo cacique, Augusto da Silva.

Embora divididos politicamente, a separação da comunidade de Cachoeira dos Inácios fortalece a dinâmica social deste grupo étnico. A área do Morro da Palha, antes de ser escolhida pela comunidade do Tekohá Marangatu, já havia sido visitada e avaliada por outras comunidades, como a do Morro dos Cavalos. A eleição desta área tem como um de seus objetivos a preservação da parte espiritual dos Guarani - para as rezas é necessário um lugar mais calmo, sem grande influência do mundo dos brancos, que “contaminam” as práticas espirituais.

Na dinâmica social, a nova área, além de ser mais um lugar onde os Guarani não serão “molestados” pelos brancos, ajuda a fortalecer a mobilidade e as trocas sociais intrínsecas ao grupo. O cacique do Morro da Palha, desde o início, sempre demonstrou o interesse pela área de modo a possibilitar que seus parentes, residentes em outros estados, como São Paulo, pudessem visitá-lo.

Aqui meio pertinho já, e também passa muito branco e lá já não. Ali na fazenda da Palha ninguém vai chegar e entrar, só Guarani que vai visitar. Não vai passar mais nada por que ali não tem a estrada que vai passar para lá. Não tem roça nem nada. Aí já vai ser só nós. Quem visitar Guarani vai sim lá. Se não quer não vai chegar ninguém ali. Isso que para mim é muito importante

Nós queremos arrumar para isso mesmo. Muitos Guarani lá por São Francisco, não tem demarcação de nada, parte dos nossos parentes estão lá sofrendo. Então é para isso. Ali é para nós todos, não vou dizer que é meu, pode ser de Santa Catarina

mesmo, pode ser de São Paulo, pode ser de Argentina, pode ser do Paraguai. Nesse pedaço é para todos os Guarani. Podem morar aqui dentro que ninguém vai proibir. Pode aumentar mais gente (depoimento de Timóteo - Relatório de Eleição da Área do Morro da Palha, 2007).

Em janeiro de 2008, o cacique Timóteo nos procurou, solicitando apoio para construção de casas, motivada pela visita dos parentes vindos de São Paulo. Pelo menos vinte famílias saíram de Cananéia, no litoral sul de São Paulo, e se mudaram (alguns provisoriamente) para a área do Morro da Palha, batizado pela comunidade de Itanhãe. Entre os motivos que motivaram a mudança podemos citar a indefinição fundiária em São Paulo, a visitação social, a busca por segurança e as curas espirituais dos xamãs.

Agora que aquela área já é nossa, meus parentes vão vir por isso preciso das casas. Para receber bem... Eles vêm me visitar porque é assim que fazemos: a gente vai nas outras aldeias, lá no Rio Grande, lá em São Paulo e os parentes vem até aqui. Como a terra é boa, grande, eles vão vir aqui. Alguns para ficar, outros vão só visitar. (Timóteo, em reunião do PACIG, abril de 2008).

Na RI Cachoeira dos Inácios, as famílias que decidiram ficar na área continuam mantendo as relações sociais de troca com as demais áreas tradicionalmente regularizadas e com as reservas indígenas. Novas famílias têm se mudado para a RI, reforçando e alimentando a dinâmica social e política entre os Guarani.



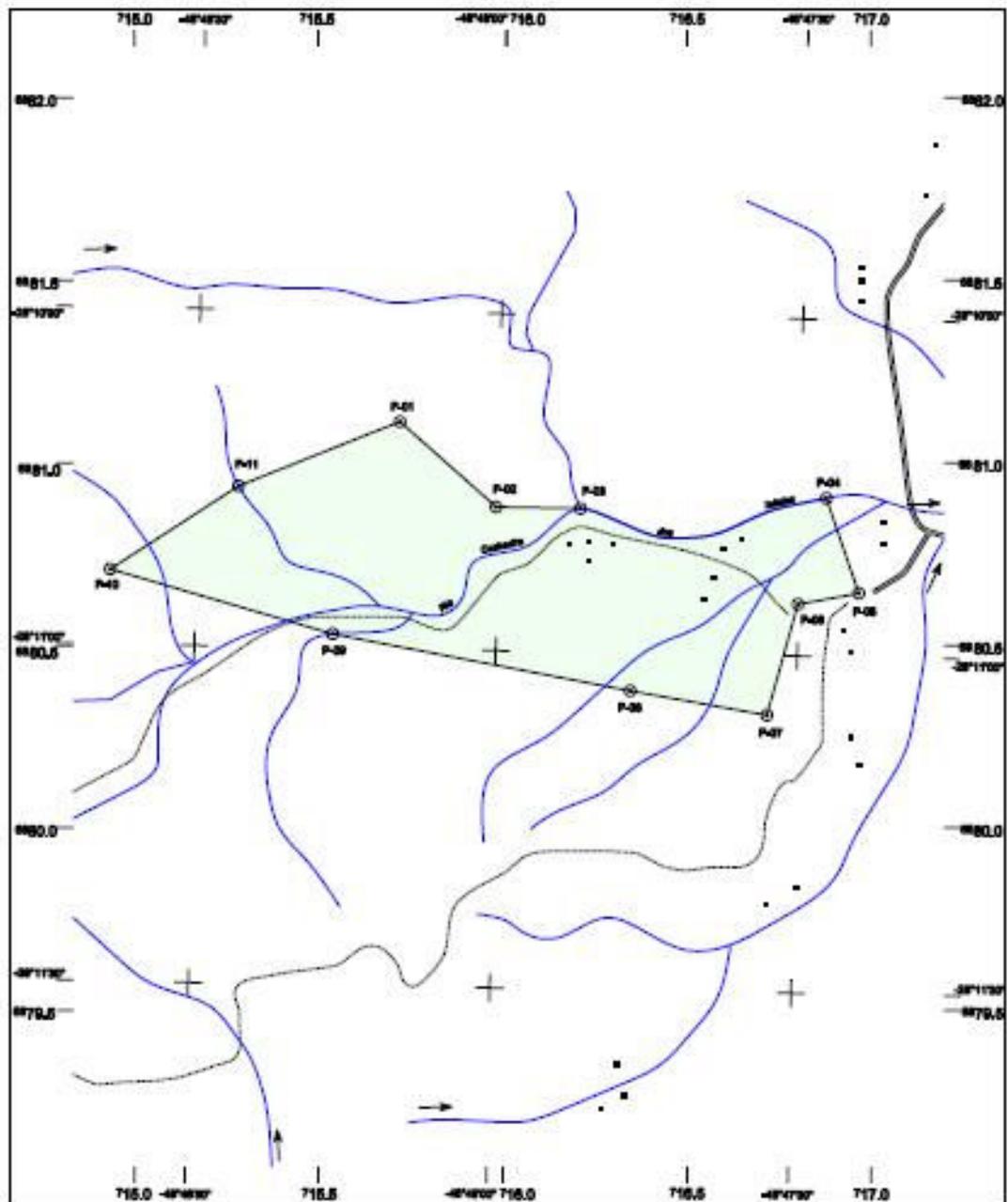
Foto 07- Reunião do Grupo de Trabalho - PACIG, 2006.



Foto 08 - Reunião do Grupo de Trabalho, PACIG, 2006.



Figura 09 - Localização da Reserva Indígena Cachoeira dos Inácios e da Terra Indígena Morro dos Cavalos, 2007.



TERRA INDÍGENA CACHOEIRA DOS INÁCIOS		DELIMITAÇÃO	
Município: IMARÉ		Área: 80 ha	Perímetro: 5 km
Estado: S. CATARINA		Escala: 1:10.000	Projeto: 02/04/2008
Município: CURITIBA		Processo: 00001/2008	Mapa: 0000001
Projeto: 00001/2008		Projeto: 00001/2008	

Figura 10 - Mapa de delimitação da Reserva Indígena Cachoeira dos Inácios

A regularização fundiária, seja por meio de identificação, seja por meio de reservas, significa para os povos indígenas, a efetivação jurídica e administrativa ao usufruto do direito a terra - que, contraditoriamente já lhes pertencia. Apesar disso, esse acesso reafirma e valoriza seus valores étnicos.

Embora seja um direito garantido pela Constituição Federal, esse acesso às terras é caracterizado com disputas ideológicas que orientaram toda a colonização do país, especificamente tratada nesta dissertação - a do sul do Brasil. Essas disputas impuseram aos povos indígenas - especificamente aos Guarani -, limites territoriais que impedem o uso de seu território. Essa interdição histórica tem obrigado os Guarani a adaptar suas práticas sociais à dinâmica de ocupação pelos *Juruá*.

Com a redução e privatização das áreas adequadas para a prática do tekó, os Guarani têm desenvolvido e aperfeiçoado suas práticas políticas, deixando de lado a invisibilidade e reivindicando o reconhecimento e regularização de partes de sua terra. Concomitante a essa mudança, os Guarani também têm lidado com as ações de compensação pela duplicação da BR 101 - com a aquisição de terras. Podendo ser considerados por alguns povos como impeditivos ao reconhecimento de suas áreas tradicionais, as reservas indígenas tem sido discutidas e apropriadas pelos Guarani como um “reforço” para o reconhecimento de seu território.

O território histórico dos Guarani compreende uma vasta região, desde a Argentina até o litoral de São Paulo. Devido à colonização, grande parte deste território foi perdido, restando áreas que são escolhidas pelos Guarani para seu uso - são estas as áreas passíveis de identificação como áreas tradicionais. As áreas que são escolhidas para serem reservas não tinham, até então, referências recentes nas histórias de vida dos Guarani. Criou-se tal condição de modo a resguardar as áreas de reivindicação por reconhecimento como terras tradicionais.

Ainda assim, as reservas fazem parte da dinâmica territorial dos Guarani, integrando-se à lógica de ocupação e uso. Os fatores que transformam - ou declaram - uma área como adequada são observados em ambos os casos. Uma área boa para uma comunidade pode não ser adequada à outra.

Os casos apresentados procuraram demonstrar esses mecanismos políticos nas escolhas das áreas e seus significados em vista de situações distintas e como reações à situação de origem da comunidade. As lógicas e estratégias das comunidades - com sua

independência política -, à medida que têm passado a interferir mais ativamente na dinâmica sociopolíticas das políticas públicas, puderam ser demonstradas.

Considerações Finais

Essa conclusão divide-se em três partes. A primeira revisita o trabalho realizado na dissertação, apontando alguns pontos tratados ao longo das seções, contextualização e estudo de campo. A segunda parte das considerações finais traz um enfoque reflexivo acerca das políticas fundiárias para os povos indígenas, adotadas pelo Estado Brasileiro como “reparo histórico”. A última parte das considerações finais está diretamente relacionada ao trabalho desenvolvido por mim, na FUNAI, e que me permitiu não apenas conhecer os Guarani de Santa Catarina, mas participar - de forma interventora - das dinâmicas territoriais. Nesta última etapa da dissertação apresento alguns pontos fundamentais desse processo de trabalho e pesquisa. Meu objetivo é relacionar as conseqüências de minha atuação como contribuição para o tema da atuação dos antropólogos em situações semelhantes.

1. Revisitando a dissertação

A duplicação da rodovia BR 101 pôs em evidência a questão fundiária dos Guarani. Este é o evento-chave pelo qual percorremos a vida Guarani ao longo da parte dois desta dissertação. Ao apresentar três casos diferenciados, de como os Guarani lidam com as diferentes tipologias de políticas e com os interlocutores do governo brasileiro, procuramos adotar e atentar para a noção de estratégia, como conceito e abordagem fecundas.

Uma possível leitura deste fenômeno deve necessariamente incorporar a dimensão das agências em jogo, sem esgotar as possibilidades de interpretação deste processo. Para problemas diferentes, soluções diferentes. Com a duplicação da rodovia, foram elencadas medidas de compensação para as comunidades indígenas que deveriam ser executadas como ações de proteção a essas comunidades.

Uma das medidas previstas foi a regularização fundiária para as comunidades Guarani - mapeadas desde a década de 80 - e sem ações efetivas em relação ao resguardo de seu território. Em 1999, os trabalhos de campo do Grupo Técnico, constituído pela FUNAI, apresentou a proposta de aquisição de uma área a ser estabelecida como uma reserva indígena.

Reservas indígenas são uma categoria fundiária elencada na Lei n.º 6.001/73 - também conhecida como “Estatuto do Índio”. A principal diferença entre uma reserva

indígena e uma terra indígena tradicional está em sua concepção. Enquanto a primeira prevê a delimitação de uma área e sua aquisição para um determinado grupo indígena, a segunda forma - terras indígenas - parte do reconhecimento pelo Estado Brasileiro das áreas consideradas como parte do território de um grupo indígena.

A delimitação da área da TI Morro Alto, como reserva, iniciou o movimento dos Guarani para que a área fosse reconhecida como tradicional. Embora a concepção de terra indígena delimitada seja a materialização da fragmentação do território Guarani, trata-se de um processo em que seus desdobramentos pressupõem a aceitação das políticas e categorias Estatais. A partir dessa inserção no sistema do Estado, os Guarani adaptaram seus discursos e estratégias políticas para garantirem seu reconhecimento à diferença.

A Terra Indígena Morro dos Cavalos teve seu processo de reconhecimento fundiário iniciado na década de 90, sendo que em 2003, sua delimitação foi aceita pela FUNAI. Além da área reconhecida como terra tradicional, outra área deve ser adquirida para a comunidade da TI Morro dos Cavalos, regularizada como uma Reserva Indígena. O estabelecimento desta reserva indígena surge como uma medida de *compensação* pela duplicação da BR 101 e o processo de escolha da nova área foi pensada, pelos Guarani, de modo a não inviabilizar o processo de demarcação já iniciado.

Como no processo de identificação, as reservas indígenas encontram opositores e situações por vezes inusitadas: desistência da venda por problemas conjugais, ou de preconceito das populações circunvizinhas contra os índios, após a ocupação da área. Os Guarani adaptam-se às dificuldades encontradas, fazendo concessões, no limite de um cenário mais amplo que concilie sua segurança territorial e, ao mesmo tempo, evite conflitos que possam dismantelar o grupo e seus princípios de vida. Por essas razões, fazem todo o possível para a “terra não começar errada”.

O processo da RI Cachoeira dos Inácios pode ser considerado como o “mais tranquilo”. Vindos de uma situação de reserva indígena, a comunidade desta Reserva buscou uma área complementar, que oferecesse as condições necessárias para fortalecer as dinâmicas territoriais já existentes. Poder oferecer um bom lugar para receber os parentes foi um dos critérios utilizados pelos Guarani para a escolha da área.

O acompanhamento de todas essas situações apresentadas na dissertação só foi possível pelo trabalho desenvolvido na FUNAI. A coordenação dos trabalhos do Grupo Técnico que identificou a TI Morro Alto e a participação nos trabalhos de compensação

da BR 101, ao longo de cinco anos, deu a oportunidade de conhecer os Guarani e perceber suas mudanças políticas e sociais de adaptação às ações impostas pelo Estado.

2. Reparo Histórico

As políticas fundiárias, para os povos indígenas, devem ser consideradas como processos geradores de mudanças desejadas, necessárias ou impostas. Por políticas fundiárias, como discutido nesta dissertação, devemos entender as ações do Estado Brasileiro, expressas na legislação atual: processos de identificação das terras tradicionalmente ocupadas - previstos na Constituição Federal - e de compras de áreas ou estabelecimento de reservas indígenas - este baseado na Lei 6.001/73. Nossa compreensão de tais processos, como geradores de mudanças, ancora-se tanto no diálogo com a literatura sobre um fenômeno que se convencionou denominar de tal forma, quanto pelo trabalho de campo e de intervenção realizado junto aos Guarani.

Esse duplo aporte sinaliza para caminhos históricos e interpretativos distintos. Ora percebemos a mudança como algo desejado. Este aspecto se verifica na situação descrita na parte dois desta dissertação, a partir do caso da RI Cachoeira dos Inácios. Já anteriormente regularizada como reserva indígena, a aquisição de uma nova terra criou a oportunidade de uma mudança política na antiga reserva. Uma nova área permitiu que a dinâmica de liderança, adaptada à circunstância, pudesse se reproduzir de acordo com seus códigos sociais.

A *necessidade* é uma forma de analisar o processo que se demonstra no exemplo da TI Morro Alto trazido à discussão. A mudança tornou-se necessária, dada à pressão externa e tentativa de reconhecimento territorial, como ação precípua para conter a ameaça e o preconceito. A reivindicação de uma terra tradicional, em detrimento de uma reserva, é marco de uma mudança necessária para fortalecer a busca por respeito.

A imposição, de igual forma, pode ser depreendida no caso demonstrado com a Terra Indígena Morro dos Cavalos, cuja área de compensação não poderia ter qualquer relação com a terra identificada. Embora com o mesmo objetivo, a forma de se “construir” uma área deve ser diferente. Essa delimitação deve seguir os modelos já concebidos, sendo que em todos os casos são baseados em situações advindas dos processos da Amazônia. Com isso, os povos indígenas são atingidos por medidas que os forcem a mudar ou redefinir suas visões de mundo (Neves, 1999).

A forma como alguns agentes (do Estado, da sociedade dominante, dos grupos indígenas em sua variação) percebem o processo de colonização varia de acordo com sua posição social. Nesse sentido, embora não tenham sido “parte interessada” no processo de colonização nacional, os grupos indígenas estão sujeitos aos múltiplos engajamentos que definem a ocupação territorial e, conseqüentemente, seu papel político em todo o processo.

O Estado - ou uma vertente específica, da qual faço parte - percebe o processo de colonização como uma usurpação e entendem os processos de demarcação como formas de restituição dos danos históricos causados. Esses danos não se referem muitas vezes aos indígenas beneficiados diretamente, mas a uma dívida histórica com a população originária do país.

É exatamente esse o ponto de discórdia que desperta a ira e a incompreensão daqueles colonizadores brancos que, em sua perspectiva, ocuparam “terras vazias” - como é especificamente o caso de Santa Catarina. Por outro lado, não devemos supor que os grupos indígenas neste estado encontrem-se incólumes a esse debate. Em relação aos Guarani, sua territorialidade e sua rede de sociabilidade são os principais símbolos de resistência e de dinamicidade, característicos desse povo. Nas situações estudadas, alguns são dali, nascidos e criados, e têm nas terras de Santa Catarina a possibilidade de encontrar sua “terra sem mal” ou, conforme Magalhães (2001) aponta, de superar sua condição humana.

Outras famílias migram para lá e para outros lugares - mantendo e reforçando as redes sociais -, ao mesmo tempo em que reforçam a ocupação de seu território, delimitando suas “etnofronteiras” (Little, 2002). Neste trânsito, incorporam e transformam ideologias e filosofias políticas - sobre si mesmos e sobre os outros, os Brancos, o Estado.

Os Guarani vêm adaptando-se às pressões territoriais, dinamizando sua concepção de mundo e das condições necessárias para a superação da condição humana, que lhes é tão peculiar. Scott (1985), analisando as revoltas camponesas em Burma e no Vietnã, afirmou que as rebeliões dos camponeses somente podem ser compreendidas à vista de um sistema camponês de valores que fosse ligado irrevogavelmente às suas exigências da subsistência.

Se os brancos têm a sua mitologia sobre o “descobrimento”, os Guarani também a tem, mas ainda possuem uma outra cosmologia, acerca da destruição e reinvenção do mundo. Podemos sugerir que é no entremeio dessas cosmologias, em

criação contínua e em choques históricos, que se localiza a busca - messiânica - pela “terra sem mal”, sendo a terra sem mal concebida por uma dimensão espiritual ou por uma materialização de uma terra “ideal”.

Os três casos apresentados e analisados nesta dissertação procuraram demonstrar como os eventos vividos pelos grupos Guarani no estado de Santa Catarina, diante da ação do Estado Brasileiro, nos ensinam acerca de suas concepções de mundo, de política e de território. O dia-a-dia dos Guarani é perpassado por um universo de discurso, ainda que parcialmente compartilhado com os demais setores da sociedade, o que acentua a diferença e divisão “de classes”(Scott,1985), especialmente pela consequência dos efeitos divergentes no estabelecimento das terras e reservas indígenas.

#

Algumas das contradições e ambigüidades dos três principais atores presentes na dissertação (o Estado Brasileiro, os *Juruá* e as comunidades indígenas) podem ser compreendidas se lançarmos mão das categorias de campo e arena (Swartz, 1968). De acordo com nosso entendimento, as noções de campo e arena trazem compreensão da dinâmica das ações coletivas na regularização fundiária. Segundo Swartz (1968), arena e campo são termos interdependentes, que permitem estudar ações políticas a partir de situações objetivas. Para Turner, o campo seria o palco principal de um determinado enfoque teórico, e as arenas seriam campos relacionados, nos quais as ações sociais efetuadas afetariam diretamente o campo central, não sendo menos importantes para a compreensão do evento metodologicamente selecionado.

Na análise desta dissertação, a noção de campo enfatiza as relações interativas entre atores sociais em fluxo, conforme maior ou menor interesse e mobilização. O conceito de arena salienta a valorização de uma área cultural equivalente ao espaço social coberto pelo campo, ressaltando os valores, os significados e os recursos em jogo. A arena é um espaço de exposição e visibilidade dos elementos que levam um fenômeno a ser considerado problema social, e os recursos a serem convertidos em respostas e reivindicações.

Este conceito remete também ao embate entre as “performances”, respondendo pelas variações na experiência de cada um em particular, seja o indivíduo, seja o grupo. Ora um mesmo grupo ou pessoa age/atua numa direção. Ora, o mesmo grupo, dada a mudança na arena, responde de maneira diferente. O espectador desta performance, que

observa as duas “cenas”, procurando uma linearidade desde fora, pode mesmo considerar as performances contraditórias. Entretanto, foi o contrário disso que procuramos defender ao longo desta dissertação: os discursos, as ações, mesmo aparentemente contraditórios, estão diretamente relacionados.

Todo o processo de regularização fundiária põe em movimento a contradição e ambigüidade existentes, desde os encaminhamentos das reivindicações até as ações que asseguram o acesso a terra. Nesse sentido, as contradições e ambigüidades não são propriedades exclusivas de nenhum dos atores, ao mesmo tempo estando presente durante todo o “espetáculo”.

O acesso a terra é base para a construção e manutenção de um modo de vida. De um modo de vida para os Guarani, mas também para o Estado e para sociedade dominante. Cada qual, como vemos, demonstra sua visão de mundo e seus anseios a partir dos valores que atribuem às terras. Valores que estão em conflito, pois têm concepções, muitas vezes excludentes. A sociedade dominante concebe a terra como fonte de riqueza, cujo acesso deve ser garantido àqueles que “trabalham” e podem “dominar” a natureza, domesticá-la (Diegues, 2000).

Os Guarani concebem esse acesso a terra como parte essencial de sua cosmologia e como elemento fortalecedor de suas redes sociais e culturais. A terra também é trabalhada, mas em uma lógica econômica diferenciada da sociedade dominante. O acesso passa por estratégias que evitam o conflito com os Juruá. Sua principal característica é a “invisibilidade”, fruto de um trabalho político intrínseco aos Guarani.

Dada as “peças”, as noções de campo e arena ajudam a refletir as contraposições, os constrangimentos e as conquistas, cujos significados desse processo estão entre si referenciados. No estudo do processo de “construção” da terra indígena, enquanto unidade territorial, deve-se levar em conta algumas condições: o entendimento da etnia sobre o território e sua significação política enquanto terra indígena demarcada. Essas condições devem ser pensadas articuladamente à compreensão dos planos de organização dos grupos indígenas ou dos princípios de filiação, de modo a revelar, como já ensinava Geertz (1978), aqueles que alcançam formas hegemônicas e expressam as mudanças sociais necessárias para adaptar-se às estratégias Estatais.

3. Xee Ayvu opa¹¹

O trabalho como antropóloga na FUNAI, em dois dos setores mais tencionados em termos de pressão política (assuntos fundiários e meio ambiente), deu a oportunidade de se deparar com um “problema” e com suas diversas “soluções”. A política fundiária do Estado Brasileiro e suas ambigüidades, bem como a lógica do “desenvolvimento” e das grandes obras de infra-estrutura, desafiam os povos indígenas em suas relações com os diversos setores da sociedade - por vezes parceiros por vezes concorrentes.

A participação da antropóloga como agente do Estado - conseqüentemente ambígua - traz à tona as possibilidades do “trabalhar” com antropologia. O engajamento antropológico constitui uma dimensão social e política elementar no trabalho de campo na etnologia das minorias.

Nessa dicotomia trabalho/pesquisa, o antropólogo tem a responsabilidade de buscar a construção de uma comunicação entre Estado e povos indígenas, que não se pretenda distorcida. Deve-se “enfrentar” o papel do Estado Brasileiro na comunicação e na constituição de “um diálogo intercultural da autonomia, da autodeterminação, da participação e da proteção do território indígena” (Gramkow Melo, Vianna & Wentzel, 2007). Mais que isso, há a responsabilidade no papel de interlocução e mediação, por parte do antropólogo, nas relações entre os povos indígenas e os não indígenas. O trabalho de identificação e delimitação, ou as ações de compensação, dependem de uma comunicação que possa traduzir, eficazmente (para ambos os atores), valores e padrões necessários para a execução das políticas estatais.

No caso dos Guarani, e especificamente em relação às ações fundiárias, a redução do conceito de território aos limites de uma terra demarcada deve ser considerada imprópria. Para os Guarani, o conceito de território supera os limites físicos das aldeias e trilhas, e está associado a uma noção de mundo que implica a **redefinição constante** das relações multiétnicas, no compartilhar espaços, etc (Amorim, 2007). Suas relações de reciprocidade não se encerram exclusivamente em suas aldeias, nem em complexos geográficos contínuos. Elas ocorrem no âmbito do “mundo”, onde se configura este seu território.

¹¹ Tradução por Francisco Witt, 2008.

Por trás de tudo isso, a tradução, ou a tentativa, dessa territorialidade, mostra que os Guarani têm se adaptado de uma maneira extraordinária, tentando **re-criar “espaços” ecológicos semelhantes aos tradicionais**, que lhes sejam verdadeiros Tekoha (Amorim, 2007). Procurando os últimos rincões de “terras-sem-mal”, acabam por encontrar algumas terras sem dono, portanto, suas (Meliá, 1989).

E mesmo que as ações possam “confinar” e “recortar” seu território, tornaram-se necessárias para a manutenção e fortalecimento de outros aspectos essenciais ao “ser Guarani”: suas redes de relacionamento e sua mobilidade.

Conhecer este povo, sua luta e seu cotidiano, foi um privilégio. Assim como a oportunidade de refletir sobre a prática da antropologia, a partir das consequências de se executar ações “externas” a eles, mas com objetivos (em seu princípio) de apoio e respeito (mesmo parecendo contraditório).

A tensão entre a execução e a ambigüidade neste exercício de diferentes papéis - de agente do Estado e de intermediador de mundos para a intervenção e interferência direta em povos indígenas -, resulta na interlocução entre as dimensões políticas e de lógicas de poder dentro do Estado, cuja maior contribuição, conforme já apontado por Gramkow, Melo, Vianna & Wentzel (2007), é apresentar ao domínio e ao ethos político das ações indigenistas, opções e sistematização de seus resultados (diretamente influenciados), voltadas para uma reflexão e prática antropológica baseada na interlocução com os povos indígenas.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Consultada

ALBERT, Bruce. 1995. “Anthropologie appliquée ou ‘anthropologie impliquée’. Ethnographie, Minorités et Développement”. In *Les Applications de l’Anthropologie. Um essai de réflexion collective depuis la France*, Jean-François Baré (org.). Paris: Editions Karthala, pp.87-118.

AMORIM, Maria Helena de. 2007. Relatório de eleição de area Para Os Guarani Da Terra Indígena Cachoeira Dos Inácios - Imaruí - Sc. FUNAI. Curitiba.

ARRUDA, Rinaldo S.V. 2002. Territórios indígenas no Brasil: aspectos jurídicos e socioculturais. In: LIMA, A.C.S. & BARROSO-HOFFMANN, M. (Org.) *Etnodesenvolvimento e políticas públicas. Bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro: Contra Capa. p. 131-150.

BARROSO-HOFFMAN, Maria, IGLESIAS, Marcelo Piedrafita, GARNELO Luiza, OLIVEIRA, João Pacheco e LIMA, Antonio Carlos de Souza. 2004. *A administração pública e os povos indígenas. A era FHC e o governo Lula: transição*. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos,

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. 1991. Orekuera Royhendu (lo que escuchamos en sueños): shamanismo y religión entre los Ava-Katu-Ete del Paraguay. México: Instituto Indigenista Interamericano. Reeditado com o título Chamanismo y religión entre los Ava-Katu-Ete pelo Centro de Estudios Antropológicos da Universidad Católica de Asunción. Assunção, 1991.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. 2002. *Relocalizados: Antropologia Social de las poblaciones desplazadas*. Buenos Aires: Ides.

BOURDIEU, Pierre. 2000. **O Poder Simbólico**. Bertrand Brasil. Tradução de Fernando Tomaz.

CASTRO, Maria Soledade M. de. 2008 . A Reserva Pataxó da Jaqueira: o passado e o presente das tradições. Dissertação de Mestrado , UnB. Brasília.

CLASTRES, Hélène. 1978. *Terra sem mal, o profetismo tupi-Guarani*. Editora Brasiliense, São Paulo.

DA MATTA, Roberto. (1981). “O Ofício do Etnólogo, ou como ter *Anthropological Blues*”. In *A Aventura Sociológica. Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social*, NUNES, Edson de Oliveira. (org.). Rio de Janeiro: Zahar: 23-35.

DARELLA, M^a Dorothea Post. 1999. *Aldeias, terras e índios Guarani no litoral centro-norte de Santa Catarina e a BR 101*.

DARELLA, M^a Dorothea Post. 2004. Ore Roipota Yvy Porã ? ?Nós Queremos Terra Boa? - Territorialização Guarani No Litoral De Santa Catarina. Tese de Doutorado.

- DIEGUES, Antonio Carlos. 2000. O Mito Moderno da Natureza Intocada. Ed. Hucitec.
- GARLET, Ivori José. 1997. *Mobilidade Guarani: História e significação*. Dissertação de mestrado, Porto Alegre.
- GARLET & ASSIS, 2004. Análise sobre as populações Guarani contemporâneas: demografia, espacialidade e questões fundiárias. *Revista de Indias*, Madrid, vol. LXIV (230):35-54, ene./abr.
- GEERTZ, Clifford. 1978. *A interpretação das culturas*. Rio: Zahar Editores.
- GRAMKOW, Márcia Maria; MELO, Guiomar, VIANNA, Fernando de Luiz Brito & WENTZEL, Sondra. 2007. Antropologia, povos indígenas, cooperação internacional e políticas públicas no Brasil, in: Povos Indígenas: projetos e desenvolvimento. Contra Capa, Rio de Janeiro.
- GUIMARÃES, Sílvia Maria Ferreira. 2001. Os Guarani-Mbyá e a superação da condição humana. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Brasília: PPGAS/DAN/UnB,
- LADEIRA, Maria Inês Martins. 1992 *"O caminhar sob a luz"* : o território Mbyá a beira do oceano. São Paulo : PUC, 199 p.
- LADEIRA, Maria Inês 1996. Migrações Guarani M'Bya. *Travessia*, São Paulo : CEM, v. 9, n. 24, p. 21-4, jan./abr.
- LADEIRA, Maria Inês. 2001. *Espaço geográfico Guarani-Mbyá: significado, constituição e uso*. USP, São Paulo.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. 2002. Gestar e Gerir. Coleção Antropologia da Política. Editora Relume Dumará
- LIMA, Antonio Carlos Souza. 1995. Um Grande Cerco de Paz. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis, Vozes, 335 págs.
- LITAIFF, Aldo. 1996. *As divinas palavras: identidade étnica dos Guarani-Mbyá*. Editora da UFSC, Santa Catarina.
- LITTLE, Paul E. 2002. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia. UnB. Brasília
- MAUSS, Marcel: 2003. Sociologia e Antropologia. São Paulo: EPU,
- MELATTI, Júlio César. 1997. *Índios da América do Sul- Áreas Etnográficas*. ICS. Universidade de Brasília.
- MELIÀ, Bartolomé. 1989. "La Tierra sin Mal de los Guaraní: economía y profecía". *América Indígena* 49 (3): 491-507.

- NEVES, Delma P. 1999. Assentamento rural: confluência de formas de inserção social. *Estudos Sociedade e Agricultura*.
- NIMUENDAJU, Curt. 1987. *As lendas da criação e destruição do mundo*. Hucitec/EDUSP, São Paulo.
- OLIVEIRA, João Pacheco de . 1999. *Ensaio de Antropologia Histórica*. Editora UFRJ.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. 1998 *Indigenismo e Territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Contra Capa Livraria Ltda.
- OLIVEIRA FILHO, J. P.2003. *Caxixó: um povo indígena feito de mistura*.
- RAMOS, Alcida Rita. 1998. *Indigenism: ethnic politics in Brazil*. The University of Wisconsin Press.
- RAMOS, Alcida Rita. *Uma Crítica da Desrazão Indigenista*. Série Antropologia.1998.
- RIBEIRO, Darcy.1979. *Os Índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Petrópolis: Vozes.
- SANTILLI, Paulo. 2001. *Pemongon Patá: território Macuxi, rotas de conflito*, São Paulo, Editora UNESP, , 225 pp.
- SCHADEN, Egon. 1974. *Aspectos Fundamentais da cultura Guarani*. EDUSP, São Paulo.
- SCOTT , James C. 1985. *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*.
- SILVA, Carmen Lúcia. 1998. *Sobreviventes do extermínio : uma etnografia das narrativas e lembranças da sociedade Xetá*. Florianópolis : UFSC,. (Dissertação de Mestrado).
- SIQUEIRA Jr, Jaime Garcia. 2007. *Wyty-Catê: cultura e política de um movimento pan-Timbira*. Contribuição ao entendimento das organizações indígenas e novas expressões da política indígena. Tese de Doutorado. UnB. Brasília
- SWARTZ, Marc. 1968. *Local - level politics*. Chicago: Aldine,

Relatórios Consultados

CARVALHO, Maria J A. Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da TI Morro Alto. 2008. Coordenação Geral de Identificação e Delimitação. Funai. Brasília

CONVÊNIO DNER/IME. 1999. *Projeto de Ampliação da Capacidade Rodoviária das Ligações com os Países do MERCOSUL BR-101 Florianópolis (SC) – Osório (RS). Estudo de Impacto Ambiental – EIA. Separata: Populações Indígenas*. Relatório.

DARELLA, M.D.P., GARLET, Ivori J. & ASSIS, Valéria S. de. 2000. *Estudo de Impacto: As populações indígenas e a duplicação da BR 101, trecho Palhoça/SC – Osório/RS*. Florianópolis – São Leopoldo. 207 p.

LADEIRA, M. I., DARELLA, M. D. P. & FERRAREZE, João Alberto. 1996. *Relatório sobre as áreas e comunidades Guarani afetadas pelas obras de duplicação da BR 101 no estado de Santa Catarina, trecho Garuva – Palhoça*. Florianópolis. 65 p.

SANTOS, Carlos B. P. dos. 2002. *Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Ribeirão Silveira*. FUNAI

SANTOS, Carlos B. P. dos. 2002. *Relatório Preliminar da Área Etnográfica IV-corredor Mbyá*. FUNAI.

TOMMASINO, Kimiye. 2001 *Relatório circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Guarani do Araçá'i*. FUNAI.

Legislação Consultada

Lei 6.001 de 19 de dezembro de 1973 – Estatuto do Índio

Convenção OIT nº 169 de 07 de junho de 1989 – Convenção sobre os Povos Indígenas e Tribais em países independentes.

Constituição Federal – artigo 231 e 232 – Sobre os Povos indígenas

Decreto 1.775, de 08 de janeiro de 1996- Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das Terras Indígenas

Referências Bibliográficas

ALBERT, Bruce, 2000. "*Associações Indígenas e desenvolvimento sustentável na Amazônia Brasileira*" in Ricardo 2000:197-207. Povos Indígenas do Brasil, 1996-2000. São Paulo: Instituto Socioambiental.

ALBERT, Bruce. 1997. "'Ethnographic situation' and ethnic movements. Notes on post-malinowskian fieldwork". *Critique of Anthropology*, vol. 17, nº1, pp. 53-65).

BAINES, Stephen G. - A Política Indigenista Governamental e os Waimiri-Atroari: Administrações Indigenistas, Mineração de Estanho e a Construção de Autodeterminação Indígena' Dirigida, *Revista de Antropologia* da Universidade de São Paulo, Volume 36, 1994:207-237.

BARTH, Fredrick. 1976. "Os grupos étnicos e suas fronteiras", em: *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Contra Capa, São Paulo.

BORGES, Paulo Humberto Porto. 2002 Dreams and names: Guarani children. *Cad. CEDES*, vol.22, no. 56, p.53-62

CADOGAN, León. 1959. *Ayvu Rapyta. Textos míticos de los Mbyá-Guaraní del Guairá*. São Paulo.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1998. "O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever". In *O Trabalho do Antropólogo*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP: 17-35.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. Quando Fazer é Refletir. 1993. Republicado em *Revista Ciência Hoje*, vol. 19, pp. 46-49. Rio de Janeiro: SBPC, 1995.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1978. *A Sociologia do Brasil Indígena*. . Brasília: UnB, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1988. "As 'categorias do entendimento' na Antropologia". Em *Sobre o Pensamento Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo

Brasileiro; Brasília: CNPq. Pp. 27-48.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1996 [1964]. *O Índio e o Mundo dos Brancos*, Campinas: Editora da Unicamp, 4ª Edição. (“Introdução: A noção de Fricção Interétnica”, pp. 33-52. “Apêndice: ‘Estudo de áreas de fricção interétnica do Brasil (Projeto de Pesquisa)’”, pp. 173-182).

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Povos Indígenas e Mudança Sócio-Cultural na Amazônia*, 1972. Republicado em *A Sociologia do Brasil Indígena*, do mesmo autor. 2ª. Edição, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro Brasília: Ed. UnB, 1978: 173-196, e em *Man in the Amazon* org. por Charles Wagley, Gainesville: The University Presses of Florida, 1974: 111- 135

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Um Conceito Antropológico de Identidade, 1974. Republicado em *Alter* 3(4), 1973: 208-219 e em *Identidade, Etnia e Estrutura Social*, do mesmo autor, São Paulo: Pioneira, 1976: 33-52.

CARDOSO DE OLIVEIRA. 1976. Roberto. *Identidade, Etnia e estrutura social*. São Paulo : Pioneira.

CHEROBIM, Mauro. *Os índios Guarani do litoral do Estado de São Paulo: análise antropológica de uma situação de contato*. FFLCH-USP

CLASTRES, Pierre. “Mitos e ritos dos índios da América do Sul”. *Arqueologia da violência: Pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac&Naify, 2004

CLASTRES, Pierre. “Troca e poder: filosofia da chefia indígena”; “Independência e exogamia”; “Elementos da demografia ameríndia”; “O arco e o cesto”; “De que riem os índios?”; “O dever da palavra”; “Profetas na selva”; “Do um sem o Múltiplo”. *A sociedade contra o estado*. 5ª edição. S/c: Francisco Alves, 1990

CLASTRES, Pierre. *A fala sagrada: Mitos e cantos sagrados dos índios Guarani*. Campinas: Papirus, 1990.

CUNHA, Manuela Carneiro da (organização). 1992. *História dos índios do Brasil*.

Companhia das Letras: Secretaria Municipal de cultura: FAPESP.

DUARTE, Luís Fernando Dias. 1986. “Classificação e valor na reflexão sobre identidade social”. Em Ruth Cardoso (org.), *Aventura Antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. pp. 69-92

DUMONT, Jean-Paul - *The Headman and I: Ambiguity and Ambivalence in the Fieldworking Experience*. Austin, Londres: University of Texas Press, 1978 (211 p.).

ECO, Umberto. 1983. “Que é uma tese e para que serve” e “A escolha do tema”. In *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva:1-34.

EVANS-PRITCHARD, Edward. 1978. “Apêndice IV: Algumas Reminiscências e Reflexões sobre o Trabalho de Campo”. In *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Zahar. 298-314.

FABIAN, Johannes. *Time and the Other: How anthropology makes its object*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1983

FARAGE, N. Instruções para o presente: os brancos em práticas retóricas Wapishana. Capítulo 17, In: Albert, B., & Ramos, A.R. (orgs.) *Pacificando o Branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico*, São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2002:507-531.

FELIPIM, Adriana Perez. 2001 *O sistema agrícola Guarani M'Bya e seus cultivares de milho* : um estudo de caso na aldeia Guarani da Ilha do Cardoso, município de Cananéia, SP. Piracicaba : Esalq,120 p.

GALLOIS, D.T. “Nossas falas duras”: discurso político e auto-representação Waiãpi. Capítulo 7, In: Albert, B., & Ramos, A.R. (orgs.) *Pacificando o Branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico*, São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2002:205-237.

GALVÃO, Eduardo. 1979. *Encontros de Sociedades. Índios e Brancos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra

GRANT, Bruce. Sibéria quente e fria: A reconstrução da imagem dos povos indígenas siberianos. *Anuário Antropológico/94*: 95-125, 1995.

GRENAND, Pierre & GRENAND, Françoise. 2002. “Em busca da aliança impossível. Os Waiãpi do norte e seus brancos (Guiana Francesa)”. In *Pacificando o Branco. Cosmologias do contato no norte-amazônico*, Bruce Albert & Alcida Ramos (orgs.) São Paulo: Editora UNESP, pp. 145-178.

GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. *Índios no Brasil*.

HERRERO, José. 2002. *Identidade coletiva e grupos étnicos*.

INSTITUTO SOCIO AMBIENTAL. 2000. *Povos Indígenas no Brasil 1996/2000*. Carlos Alberto Ricardo (editor). São Paulo.

JACKSON, Jean. 1991. “Being and becoming an Indian in the Vaupés”. In *Nation-States and Indians in Latin America*, Greg Urban & Joel Sherzer (ed.). Austin: University of Texas Press, pp. 131- 155.

L’ESTOILLE, Benoit de; NEIBURG, Federico e SIGAUD, Lygia. 2002. *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*. Volume Dumará REIS, Elisa Pereira. 1998. *Processos e escolhas: estudos de sociologia política*. Coleção Typograpbos. Contra Capa Livraria Ltda.

LADEIRA, Maria Inês. 2000. “As demarcações Guarani, a caminho da Terra sem Mal”. Em: *Povos Indígenas no Brasil 1996/2000*. Carlos Alberto Ricardo (editor). São Paulo.

LARAIA, Roque de Barros. *Tupi: Índios do Brasil Atual*. São Paulo: FFLCH/USP

LAVILLE, Christian e Jean DIONNE. 1999. “Problema e problemática”. In *A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas*. Porto Alegre: Artmed: 85-102.

LAVILLE, Christian e Jean DIONNE. 1999. “O percurso Problema-Pergunta-Hipótese”. In *A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas*. Porto Alegre: Artmed: 103-127.

LATOUR, Bruno e Steven WOOLGAR. 1997. “A etnografia das Ciências”. In *A Vida de Laboratório. A Produção dos Fatos Científicos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: 9-34.

LEACH, E. R. 1995 [1954]. “Parte I. O Problema e seu Cenário”. Em *Sistemas políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: Edusp. pp. 63-121.

LEITE, Jurandyr C.F. 1989. “Proteção e incorporação: a questão indígena no pensamento político do positivismo ortodoxo”. *Revista de Antropologia*, vol. 30/31/32, pp. 255-275

LIMA, Antonio Carlos de Sousa. 1991. “Militares, Índios e Fronteiras Políticas”. In *Amazônia: A fronteira agrícola 20 anos depois*, Philippe Léna & Adélia Engrácia de Oliveira (orgs.). Belém: MPEG/ORSTOM, pp. 59-82.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. 1991. “On Indigenism and Nationality”. In *Nation-States and Indians in Latin-America*, Greg Urban & Joel Sherzer (Org.). Austin: University of Texas Press, pp. 236-

LIMA, Antonio Carlos de Souza. 1992. “O governo dos índios sob a gestão do serviço nacional de proteção aos índios”. In *História dos Índios no Brasil*, Manuela Carneiro da Cunha (org.).

LÓPEZ, Claudia Leonor. 2000. “Cap. 4. Mito, território, parientes y vecinos: la vida cotidiana de los Ticuna em la región de fronteras”. In *Ticunas brasileiros, colombianos y peruanos: Etnicidad y Nacionalidade en la región de fronteras del alto Amazonas/Solimões*, Tese de Doutorado em Antropologia, CEPPAC, Universidade de Brasília, 139-184.

MALINOWSKI, Bronislaw. 1978. “Introdução: tema, método e objetivo desta

pesquisa”. In *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural. 17-34.

MATURANA, Humberto. 1997 [1988]. “Realidade: a busca da objetividade ou a procura de um argumento coercitivo”. Em C. Magro, M. Graciano e N. Vaz (orgs.), *A Ontologia da Realidade*. Belo Horizonte: EdUFMG. pp. 244- 326.

MELATTI, Júlio Cezar. “A Etnologia das populações indígenas do Brasil, nas duas últimas décadas”. *Anuário Antropológico/80*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1982.

MELIÀ, Bartolomeu. 1992. "Invenção e construção do Guarani". *Ciência Hoje* 15 (86): 57-61

MELIA, Bartolomeu: *Elogio de la lengua guaraní. Contextos para una educación bilingüe en el Paraguay*, Asunción: CEPAG, 1995.

MELIÁ, BARTOMEU S.J. 1988 *El Guaraní conquistado y reducido*, Biblioteca Paraguaya de Antropología, Vol.5. Asunción.

MELIA, Bartomeu: *El Guaraní. Experiencia religiosa*, Asunción: CEADUC-CEPAG, 1991.

MONTEIRO, John Manuel. 1988. *Celeiro do Brasil: escravidão indígena e a agricultura paulista no século XVI*. História.

MONTEIRO, John Manuel. 1992. “Os Guarani e a história do Brasil meridional: séculos XVI-XVII”. Em: *História dos índios do Brasil*. Companhia das Letras: Secretaria Municipal de cultura: FAPESP.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. 1988. “Os Obstáculos aos Estudos do Contato”. In *O Nosso Governo: Os Ticuna e o Regime Tutelar*. São Paulo: Marco Zero, pp. 24-59.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. 1990. “Segurança das fronteiras e o novo

indigenismo: formas e linhagens do projeto Calha Norte”. *In* Projeto Calha Norte: Militares, Índios e Fronteiras, OLIVEIRA, João Pacheco de (ed.). Rio de Janeiro: UFRJ; PETI - Museu Nacional (Antropologia e Indigenismo, nº.1), pp.16-33.

OLIVEIRA, João Pacheco de. 2002. “Ação Indigenista e Utopia Milenarista. As múltiplas faces de um processo de territorialização entre os Ticuna”. *In* Pacificando o Branco. Cosmologias do contato no norte-amazônico, Bruce Albert & Alcida Ramos (orgs.) São Paulo: Editora UNESP, pp. 277-309.

PEIRANO, Mariza. *Anthropology of Anthropology: The Brazilian Case*. Doctoral Thesis. Harvard University, 1981.

RAMOS, Alcida Rita. 2003. “Pulp Fictions of Indigenism”. *In* Race, Nature and the Politics of Difference, D. Moore, J. Kosek and A. Pandian (ed.). Duke University Press, pp. 356-379.

RAMOS, Alcida Rita. Indigenismo de Resultados. 1990. Republicado em *Revista Tempo Brasileiro*, vol. 100, 133-149. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990

RAMOS, Alcida Rita. Nações Dentro da Nação: Um Desencontro de Ideologias. 1993. Republicado em Zarur, G. (Org.) *Etnia e Nação na América Latina*, pp. 79-87. Washington: OEA, 1996.

RAMOS, Alcida Rita. O índio hiper-real. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 28 (10):5-14.

RAMOS, Alcida Rita. Os Direitos do Índio no Brasil. Na Encruzilhada da Cidadania, 1991. Republicado em *A Proteção dos Direitos Humanos nos Planos Nacional e Internacional: Perspectivas Brasileira* (Antonio Augusto Cançado Trindade, ed.), pp. 225-235. San José da Costa Rica/Brasília: Instituto Interamericano de Derechos Humanos, 1992.

REPETTO, Maxim. Derechos indígenas y grandes proyectos de desarrollo: Guri, la

linha de transmissão elétrica Venezuela-Brasil. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto & BAINES, Stephen (orgs.). *Etnicidade e Nacionalidade em Fronteiras*. Coleção Américas. Brasília: Editora UnB, 2006:205-239.

RIBEIRO, Darcy. 1995. *O povo brasileiro*. Vozes, São Paulo

SANTILLI, Márcio. 2000. “As terras indígenas e as unidades de conservação: Aproposta de “RIRN” é direito e vantagem para os índios”. Em: *Povos Indígenas no Brasil 1996/2000*. Carlos Alberto Ricardo (editor). São Paulo.

SCHADEN, Egon. “A origem e a posse do fogo na mitologia Guarani”. In: SCHADEN, Egon (org.). *Leituras de Etnologia Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

SILVA, Carmen Lúcia da. *Em busca da sociedade perdida: O trabalho da memória Xetá*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Brasília: PPGAS/UnB, 2003.

SILVA, Kelly Cristiane da. 2006. “O poder do campo e seu campo de poder”. *Série Antropologia 385*. DAN/UnB.

SIOUI, Georges E. *For an Amerindian Autohistory: An essay on the foundations of a social ethic*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 1992

THOMAZ DE ALMEIDA, Rubem Ferreira. *Do desenvolvimento comunitário à mobilização política: O projeto Kaiowa-Ñandeva como experiência antropológica*. Rio de Janeiro.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “Imanência do inimigo”. *A inconstância da alma selvagem - e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac&Naify, 2002.